

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
COMBINADAS**
30 de junho de 2013

GENTE
QUE
COOPERA
CRESCER.



Missão

- Como sistema cooperativo, valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Visão

- Ser reconhecido pela sociedade como instituição financeira cooperativa, comprometida com o desenvolvimento econômico e social dos associados e das comunidades, com crescimento sustentável das cooperativas, integradas em um sistema sólido e eficaz.

Valores

- Preservação irrestrita da natureza cooperativa do negócio
- Respeito à individualidade do associado
- Valorização e desenvolvimento das pessoas
- Preservação da instituição como sistema
- Respeito às normas oficiais e internas
- Eficácia e transparência na gestão

Diferenciais competitivos

- Ato cooperativo
- Relacionamento
- Instituição financeira da comunidade
- Modelo agregador de renda
- Autonomia das cooperativas
- Organização sistêmica
- Responsabilidade solidária

Princípios do cooperativismo

- Adesão voluntária e livre
- Gestão democrática pelos sócios
- Participação econômica dos sócios
- Autonomia e independência
- Educação, formação e informação
- Intercooperação
- Interesse pela comunidade

COOPERATIVA
CRESCE
COMUNIDADE

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
COMBINADAS**
30 de junho de 2013





- 1. Apresentação 5**
- 2. Contexto Econômico 9**
- 3. Cooperativismo de Crédito 13**
- 4. O Sicredi 15**
 - Trajectoria Sicredi..... 16
 - Estrutura..... 18
 - Parcerias internacionais..... 20
 - Inclusão financeira 20
 - Sustentabilidade 21
 - Sicredi em números..... 22
- 5. Produtos e Serviços 25**
 - Crédito 25
 - Captação 26
 - Consórcios 26
 - Seguros 26
 - Canais de Conveniência 27
 - Meios Eletrônicos de Pagamento 27



- 6. Governança 29**
 - Conselho de Administração 29
 - Diretoria Executiva 30
 - Controles Internos e Compliance 31
 - Normativos 31
 - Garantia Solidária 32
 - Planejamento Estratégico 33
- 7. Gerenciamento de Riscos e Capital 35**
 - Risco de Crédito..... 35
 - Risco de Mercado..... 36
 - Risco de Liquidez 36
 - Risco Operacional 37
 - Basileia III 38
 - Informações adicionais..... 39
- 8. Desempenho Econômico-Financeiro 41**
- 9. Demonstrações Financeiras Combinadas .. 43**



Apresentação

O Sicredi apresenta, pela primeira vez, suas Demonstrações Financeiras Combinadas, referentes ao primeiro semestre de 2013. Uma conquista significativa obtida junto ao Banco Central do Brasil (Bacen) e Conselho Monetário Nacional (CMN), a partir das práticas e controles que enquadram a instituição como um combinado do sistema cooperativo.

As demonstrações financeiras combinadas dos sistemas cooperativos foram facultadas através da Resolução nº 4.151/12 do CMN e da Circular nº 3.669/13 do Bacen. O balancete combinado do sistema cooperativo deve ser elaborado com base em informações financeiras das instituições integrantes do sistema cooperativo ao qual se refere, como se ele representasse uma única entidade econômica. Considera-se sistema cooperativo o conjunto formado por cooperativas singulares de crédito, cooperativas centrais de crédito, confederações de crédito e bancos cooperativos, bem como por outras instituições financeiras ou entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A partir do momento em que recebeu a autorização, o Sicredi optou por dar divulgação às suas demonstrações, que são de responsabilidade das administrações das instituições integrantes do Sistema. Este documento é auditado por empresa especializada.

Cabe acrescentar que estas Demonstrações Financeiras Combinadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Com relação aos critérios de combinação, foram incluídos os saldos das contas patrimoniais e de resultado das instituições participantes, bem como eliminados os saldos resultantes de operações realizados entre as instituições.

Adicionalmente às Demonstrações Financeiras Combinadas propriamente ditas, apresentadas no capítulo 9, este documento reúne informações relevantes do ponto de vista corporativo e institucional.

ESTA É A
PRIMEIRA
EDIÇÃO DAS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
COMBINADAS DO
SICREDI

Gestão e transparência

O Sicredi é uma sociedade de propriedade coletiva, a serviço do desenvolvimento econômico dos associados e de suas comunidades, com práticas sustentáveis de governança corporativa. Além disso, as pessoas veem o investimento feito nas próprias comunidades porque o Sistema reinveste seus recursos nas regiões onde está inserido. O desempenho e os resultados positivos do Sicredi no primeiro semestre deste ano, como apresentado nestas Demonstrações, comprovam que o modelo de gestão e a transparência na administração contribuem para o sucesso e sustentabilidade do empreendimento cooperativo.



Para tanto, o Planejamento Estratégico 2011-2015 tem sido ferramenta essencial. Resultado de um longo processo de discussões, está longe de ser um documento fechado, ao contrário. Neste ano, tratamos de avaliar os resultados obtidos até agora, analisar as mudanças de cenário, atualizar as projeções de mercado e do Sicredi, realinhar as iniciativas estratégicas e gerar um novo plano para acelerar resultados.

Passamos a focar nossa atuação em cinco grandes temas prioritários, até 2015: o modelo de relacionamento com nossos associados; a otimização dos processos de concessão de crédito; a eficiência operacional no trabalho das cooperativas e das unidades de atendimento (UAs); o aumento da captação e o desenvolvimento de liquidez sistêmica. Por fim, os catalisadores: gestão de pessoas e liderança, investimentos na área de TI, estrutura e sustentabilidade.

A julgar pela dedicação e competência de nossos colaboradores, somadas ao envolvimento de nossos associados, acreditamos que os objetivos serão alcançados.

Manfred Alfonso Dasenbrock
Presidente do Conselho de Administração da SicrediPar

EM 2013, TRATAMOS DE AVALIAR RESULTADOS, ANALISAR MUDANÇAS, ATUALIZAR PROJEÇÕES, REALINHAR INICIATIVAS ESTRATÉGICAS E GERAR UM NOVO PLANO PARA ACELERAR RESULTADOS

Coletividade e desenvolvimento

A atuação alinhada às especificidades econômica, social e cultural de cada região onde está presente tem sido fundamental para o crescimento do Sicredi ao longo dos seus 111 anos.

Os resultados da instituição, que se mostra melhor e mais sólida a cada ano, são também reflexo de uma atuação focada no atendimento às necessidades financeiras dos associados, por meio de um amplo portfólio de produtos e serviços. As demonstrações referentes ao primeiro semestre de 2013 não deixam dúvida quanto à trajetória que temos trilhado. São R\$ 35,8 bilhões em ativos, patrimônio líquido de R\$ 4,8 bilhões

e lucro líquido de R\$ 447,0 milhões, após a destinação aos acionistas não controladores, para citar apenas alguns números.

Alicerçados neste desempenho excepcional no primeiro semestre, até o final de 2013 pretendemos contabilizar um crescimento de 20% de todo o portfólio de serviços oferecidos. Almejamos, ainda, chegar ao final deste ano com 2,6 milhões de associados, 200 mil a mais do que o registrado atualmente. Outra meta é consolidarmos nossa atuação em três mercados: Santa Catarina, São Paulo e Goiás.



Além das metas propostas pelo Planejamento Estratégico, temos como objetivos atender as necessidades financeiras dos associados e elaborar novos produtos, sempre buscando maior agilidade nos serviços e processos.

Por fim, é importante frisar, esse crescimento demonstra a pujança de uma organização cujo diferencial competitivo é o tipo societário que oferece – uma sociedade de propriedade coletiva, a serviço do desenvolvimento econômico dos associados e de suas comunidades, com práticas sustentáveis de governança corporativa.

Ademar Schardong
Presidente Executivo do Sicredi

NOSSO CRESCIMENTO DEMONSTRA A PUJANÇA DE UMA ORGANIZAÇÃO CUJO DIFERENCIAL COMPETITIVO É SER UMA SOCIEDADE DE PROPRIEDADE COLETIVA A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO

Contexto Econômico

No primeiro semestre de 2013, a economia brasileira apresentou uma forte aceleração, após fechar o ano de 2012 com um crescimento de apenas 0,9%. O crescimento acumulado no ano revela expansão de 2,6%. Os principais fatores que puxaram o crescimento brasileiro nesse período foram o desempenho robusto do agronegócio e a recuperação da indústria.

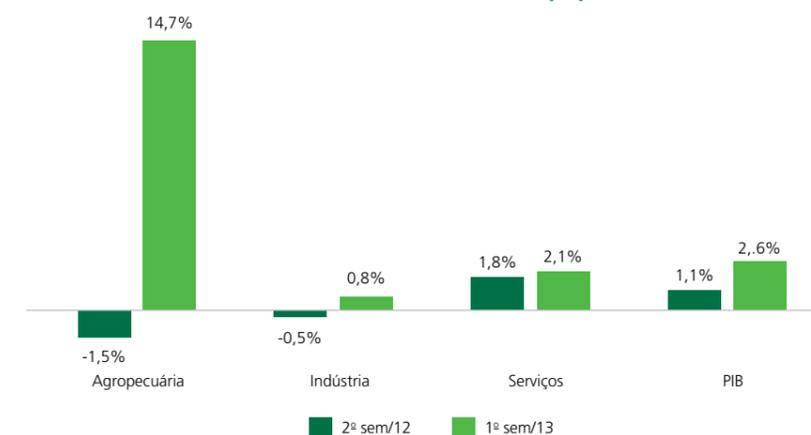
O setor agropecuário tem exercido papel importante no desempenho da economia brasileira. No primeiro semestre, o setor cresceu 14,7% em relação ao mesmo período do ano passado, beneficiado pela elevação dos preços internacionais de alimentos e pelos ganhos de produtividade, especialmente de milho e soja, que propiciaram uma safra de grãos recorde.

A indústria, outro setor importante, apresentou desempenho superior no primeiro semestre de 2013. Nesse período, a expansão foi de 0,8%, frente queda de 1,7% registrada nos primeiros seis meses de 2012. O crescimento da indústria, além de representar uma recuperação, uma vez que foi um dos setores mais afetados pela crise, tende a se beneficiar pela desvalorização cambial recente. Além disso, a indústria tem sido beneficiada pela forte retomada da taxa de investimento, que saiu de aproximadamente 17,4% no terceiro trimestre de 2012 para 18,6% no segundo trimestre de 2013.

O setor de serviços vem apresentando resultado moderado, em função do baixo crescimento do consumo das famílias. No primeiro trimestre de 2013, o consumo das famílias cresceu somente 0,1%, na série sazonalmente ajustada, a menor expansão desde o terceiro trimestre de 2011. Já no segundo trimestre de 2013 a expansão foi um pouco superior, de 0,3%, mas ainda bem abaixo da média de 0,9% verificada na última década.

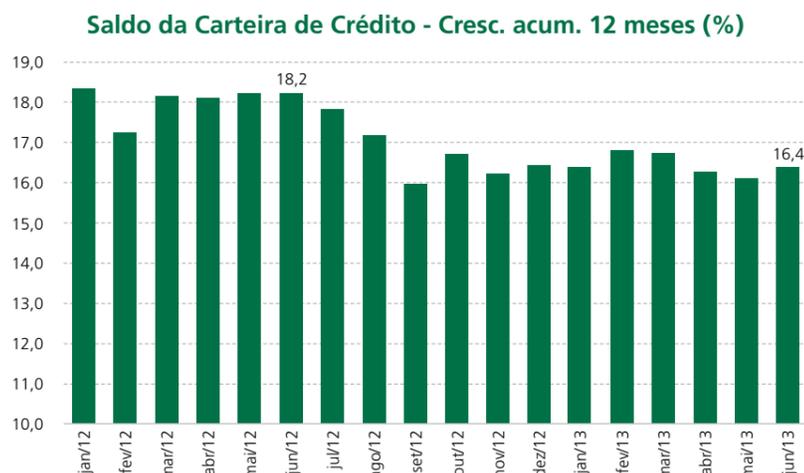
NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2013, O CONSUMO DAS FAMÍLIAS CRESCIU SOMENTE 0,1% NA SÉRIE SAZONALMENTE AJUSTADA, A MENOR EXPANSÃO DESDE O TERCEIRO TRIMESTRE DE 2011

Crescimento semestral (%)



Dentre as restrições para a expansão do consumo, destaque para a inflação, que no primeiro semestre permaneceu próxima ao limite superior da meta de inflação (6,5%), corroendo o aumento nominal de salários. Cabe acrescentar que as próprias famílias frearam suas intenções de gastos em função do alto nível de endividamento e comprometimento de renda, ainda que o governo tenha buscado incentivar o consumo via instituições públicas e medidas fiscais. Esses fatores acabam tendo repercussão sobre as vendas do varejo, que no acumulado do ano até junho apresentaram alta de 3,4%, inferior à expansão de 9,1% verificada no primeiro semestre de 2012.

Já no mercado de crédito, a carteira segue registrando taxas elevadas de expansão, apesar de verificarmos uma contínua desaceleração ao longo dos anos. Em junho de 2012 o crescimento da carteira esteve em 18,2%, ao passo que em junho de 2013 esse resultado estava em 16,4%. Dentre as linhas de crédito, destaque para o crédito imobiliário à pessoa física e repasse do BNDES, que registraram, respectivamente, crescimento de 35,1% e 19,2% em relação ao mesmo período de 2012.



Fonte: Banco Central do Brasil

DENTRE AS RESTRIÇÕES PARA A EXPANSÃO DO CONSUMO, DESTAQUE PARA A INFLAÇÃO, QUE NO PRIMEIRO SEMESTRE PERMANECEU PRÓXIMA AO LIMITE SUPERIOR DA META ANUAL, DE 6,5%

Apesar da recuperação, o crescimento econômico poderia ser maior. Entre os fatores que inibem uma expansão mais expressiva, cabe citar as restrições externas, dentre elas, a desaceleração da economia chinesa, a possível retirada de estímulos monetários norte-americanos e, em menor grau, a ainda frágil situação dos países europeus. No caso da China, as taxas de crescimento mais moderadas influenciam o mercado de commodities, pois a taxa de crescimento do consumo do país asiático torna-se cada vez mais próxima das condições globais de oferta de matérias primas, o que evita uma grande escalada dos preços, como ocorreu durante os últimos 10 anos. O impacto sobre os preços de commodities tem efeito imediato sobre a riqueza da população brasileira, materializado nos ganhos na balança comercial, apreciação cambial e crescimento dos salários.

Em relação aos Estados Unidos, a expectativa de uma possível recessão em 2013, causada pela forte contração fiscal, foi surpreendentemente substituída por uma retomada da economia americana. Este cenário, por um lado, é positivo para os fluxos de bens e de serviços, por outro, faz o Banco Central local começar a retirar parte dos estímulos monetários gerados no período imediatamente pós-crise, afetando negativamente a oferta de recursos a países emergentes, especialmente aqueles com dívidas e déficits externos elevados, caso do Brasil.

Mesmo com um desempenho abaixo do crescimento médio verificado nos últimos 10 anos, a inflação elevada – resultante dos estímulos ao consumo, do mercado de trabalho apertado e da alta dos alimentos – ensejou ação do Banco Central, que passou a elevar a Selic a partir de abril, partindo dos 7,25% a.a., que vigoravam até então, para 8% ao final de junho. A expectativa é que a autoridade monetária continue com o ciclo de aperto monetário, elevando a Selic até 10,25%, ciclo esse que deve se encerrar em janeiro de 2014.

O IMPACTO SOBRE OS PREÇOS DE COMMODITIES TEM EFEITO IMEDIATO SOBRE A RIQUEZA DA POPULAÇÃO, VIA GANHOS NA BALANÇA COMERCIAL, APRECIÇÃO CAMBIAL E CRESCIMENTO DOS SALÁRIOS

Cooperativismo de Crédito

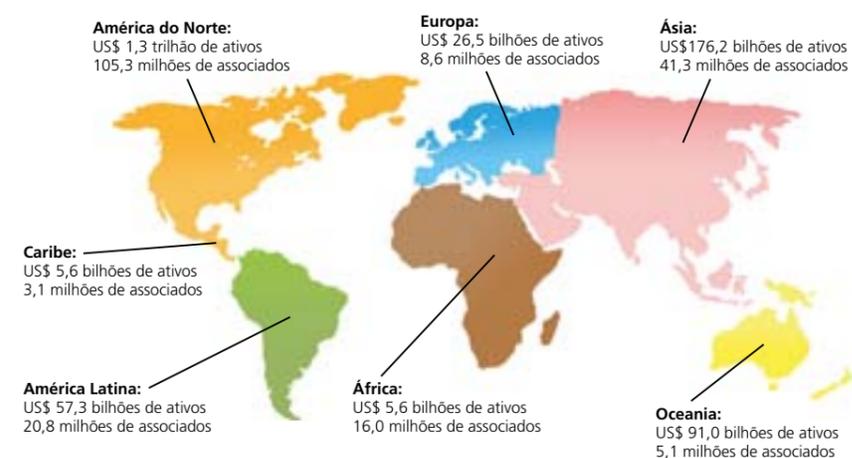
As cooperativas de crédito representam a força da união das pessoas em torno de objetivos comuns. Elas criam oportunidades de negócios e asseguram a manutenção de empregos nas comunidades, fortalecendo as regiões onde estão presentes. Os associados desfrutam dos resultados gerados de forma coletiva e sua atuação está pautada na vocação econômica das regiões.

Segundo dados anuais do Woccu (Conselho Mundial de Cooperativas de Crédito), em 2012 existiam 56 mil cooperativas de crédito em 101 países, nos cinco continentes, totalizando 200 milhões de pessoas. Os ativos totais registraram crescimento de 8,3%, em relação a 2011, totalizando US\$ 1,7 trilhão. Consta também que 7,8% da população economicamente ativa do mundo é associada a uma cooperativa de crédito. Esta taxa de penetração é calculada dividindo-se o número total de associados pela população economicamente ativa, de 15 a 64 anos de idade.

O Relatório de 2012 da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) informa que o ramo crédito destaca-se em número de associados, respondendo por cerca de 50% da totalidade dos cooperados do país. As cooperativas de crédito possuem a terceira maior rede de atendimento em número de "agências", com mais de 5.000 pontos de atendimento. Nos últimos anos, elas registraram significativos avanços como ferramenta de inclusão financeira, especialmente em municípios pequenos.

EM TODO O MUNDO, EXISTEM 56 MIL COOPERATIVAS DE CRÉDITO, COM CERCA DE 200 MILHÕES DE ASSOCIADOS

Presença do cooperativismo de crédito no mundo



Fonte: Woccu (Statistical Report, 2012).

O Sicredi

Com 2,4 milhões de associados em todo o País, o Sicredi é uma instituição financeira cooperativa feita por pessoas para pessoas. Presente em dez estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Pará, Rondônia e Goiás), promove o desenvolvimento econômico e social dos associados e das comunidades onde atua, operando com crescimento sustentável. Tem como diferencial um modelo de gestão que valoriza a participação, no qual os sócios votam e decidem sobre os rumos da sua cooperativa de crédito.

Está organizado em um sistema com 108 cooperativas de crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 1.232 pontos. A estrutura conta ainda com quatro Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. –, uma Confederação, uma Fundação e um Banco Cooperativo, que controla uma Corretora de Seguros, uma Administradora de Cartões, uma Administradora de Consórcios e uma Administradora de Bens.

Todas essas entidades, juntas, formam o Sicredi e adotam um padrão operacional único. Ao todo, são 15,7 mil colaboradores, R\$ 35,8 bilhões em ativos e patrimônio líquido de R\$ 4,8 bilhões.

AO TODO,
SÃO 15,7 MIL
COLABORADORES,
R\$ 35,8 BILHÕES
EM ATIVOS E
PATRIMÔNIO
LÍQUIDO DE
R\$ 4,8 BILHÕES

Presença do Sicredi no Brasil



PARTICIPAÇÃO

Consolidando a gestão democrática e participativa, as assembleias 2013 registraram 1.300 encontros com associados. Agrupados em núcleos ligados às unidades de atendimento, os associados exerceram o direito e o dever de planejar, de acompanhar e de decidir os rumos da cooperativa nas reuniões. As assembleias totalizaram a participação de 220 mil associados, o equivalente a 9,5% do quadro social do Sicredi.

Trajectoria Sicredi

1902	Constituída a primeira cooperativa de crédito da América Latina, em Linha Imperial, Nova Petrópolis, hoje Sicredi Pioneira RS.		
1925	Criação da primeira Central de Caixas Rurais, denominada União Popular do Rio Grande do Sul.	1980	Constituída a Cocecrer – RS, hoje Central Sicredi Sul.
1985	Constituída a Cocecrer – PR, atual Central Sicredi PR/SP.	1989	Constituídas a Cocecrer – MT, atual Central Sicredi MT/PA/RO, e a Cocecrer – MS, atual Sicredi Brasil Central.
1992	Todas as cooperativas integrantes do Sistema passam a usar a marca Sicredi.		
1995	Constituição do primeiro banco cooperativo privado brasileiro, o Banco Cooperativo Sicredi S.A. Lançado o principal programa de responsabilidade social, A União Faz a Vida.		
1999	O Banco Cooperativo Sicredi é autorizado a realizar operações de crédito rural com encargos equalizados pelo Tesouro Nacional.	2000	Criação da Confederação Sicredi e da Corretora de Seguros Sicredi Ltda.

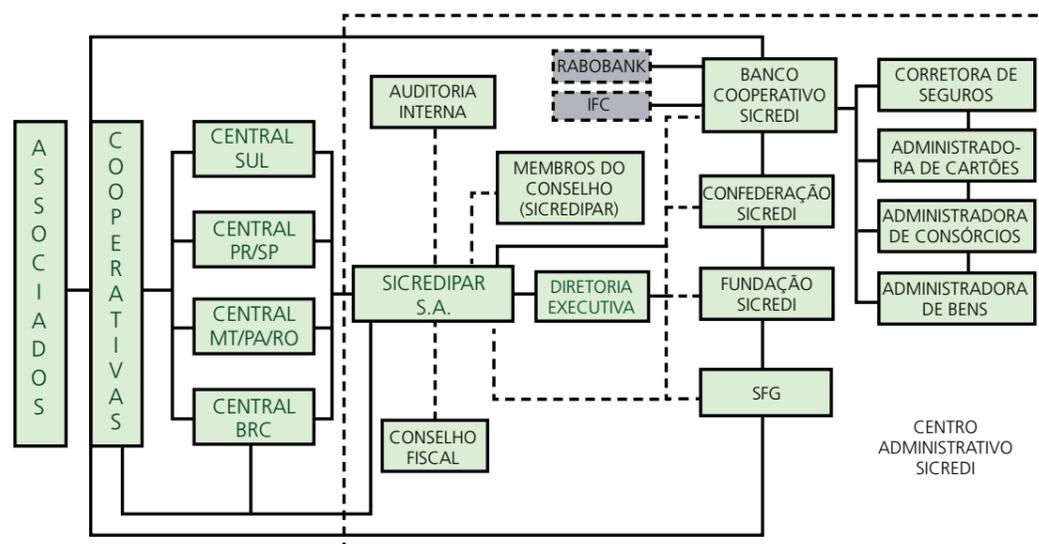
A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA COOPERATIVA SURTIU HÁ 111 ANOS, EM LINHA IMPERIAL, NOVA PETRÓPOLIS, NA SERRA GAÚCHA

2001	O Banco Cooperativo Sicredi concretiza sua participação na BC Card – Administradora de Cartões dos Bancos Cooperativos Ltda.	2003	Início das atividades do Sicredi em Santa Catarina e aprovação da Resolução 3.106/03 que permite a livre admissão de associados.
2004	Criação da Administradora de Bens Sicredi Ltda.	2005	O Sicredi passa a atuar em Goiás, Tocantins, Pará e Rondônia. São constituídas a Fundação Sicredi e a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda.
2006	O Banco Cooperativo Sicredi detém 100% da BC Card, que passa a se chamar Administradora de Cartões Sicredi Ltda.	2008	A Sicredi Participações S.A. é constituída.
2009	Nova Petrópolis recebe o título de Capital Nacional do Cooperativismo. Constituição da Sicredi Fundos Garantidores.		
2010	É firmada parceria estratégica com o grupo holandês Rabobank.		
2012	Ano Internacional das Cooperativas, proclamado pela ONU. Banco Cooperativo Sicredi é autorizado a operar com a carteira de crédito imobiliário.		
2013	Publicação da primeira Demonstração Financeira Combinada.		

2012:
O BANCO COOPERATIVO SICREDI É AUTORIZADO A OPERAR COM A CARTEIRA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Estrutura

Organograma do Sicredi



Quem é quem na instituição

Associado: é dono do negócio. Tem direito a voto com peso igual nas decisões da cooperativa, independentemente do volume de recursos aplicados.

Cooperativas de crédito: têm como objetivos estimular a formação de poupança, administrar os recursos e conceder empréstimos aos associados, além de prestar serviços próprios de uma instituição financeira convencional, por meio das unidades de atendimento. São as instâncias decisórias do Sistema.

Centrais Sicredi: têm a missão de difundir o cooperativismo de crédito e coordenar a atuação das cooperativas filiadas, apoiando-as nas atividades de desenvolvimento e expansão.

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Art. 3º A Cooperativa tem por objetivos principais estimular a formação de poupança, administrando os recursos pertinentes, e, através da mutualidade, conceder empréstimos aos associados, além de prestar serviços inerentes à sua condição de instituição financeira. Pode praticar todas as operações compatíveis com a sua modalidade social, inclusive obter recursos financeiros de fontes externas, obedecida a legislação pertinente, os atos regulamentares oficiais, este Estatuto e as normas sistêmicas.

§1º A Cooperativa terá o propósito, ainda, da educação, formação e informação para o seu quadro social, visando fomentar a expansão do cooperativismo de crédito, atendendo, entre outros, aos princípios de ajuda mútua, da economia sistêmica e do uso adequado do crédito.

§2º Em todos os aspectos de suas atividades, serão rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social,

Confederação Sicredi: provê serviços às empresas e às entidades que integram o Sicredi, nos segmentos de informática e administrativo e nas áreas tributária, contábil, folha de pagamento, compras e logística.

Sicredi Participações (SicrediPar): constituída para propiciar a participação direta e formal das cooperativas de crédito na gestão corporativa e, ao mesmo tempo, dar maior transparência à estrutura de governança do Sicredi. A Sicredi Participações controla o Banco Cooperativo Sicredi, a Confederação e a Fundação Sicredi. É responsável por coordenar a definição dos objetivos estratégicos e econômico-financeiros do Sicredi e pela deliberação de políticas de compliance, ética e auditoria.

Banco Cooperativo Sicredi: atua como intermediador das cooperativas de crédito para acessar o mercado financeiro e programas especiais de financiamento, além de administrar em escala os recursos e desenvolver produtos corporativos e políticas de comunicação e marketing e de gestão de pessoas. Controla a Corretora de Seguros, a Administradora de Cartões, a Administradora de Consórcios e a Administradora de Bens. Atua ainda na gestão de risco. Mantém parcerias estratégicas com o Rabo Development B.V. – braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank – e com a International Finance Corporation (IFC), que detêm, respectivamente, 21,91% e 3,01% do capital do banco, cabendo à Sicredi Participações o controle de 75,08% das ações. Veja mais detalhes sobre o assunto no tópico Parcerias internacionais. Criado em 1995, o Banco Cooperativo Sicredi vem, ao longo de sua trajetória, colocando sua experiência a serviço do cooperativismo de crédito. Em junho de 2013, alcançou a marca de R\$ 23 bilhões em ativos totais, o que reflete um aumento de R\$ 3,8 bilhões em comparação com junho de 2012. O lucro líquido registrado foi de 22 milhões. O balanço do Banco Cooperativo Sicredi foi publicado no dia 29 de agosto de 2013.

Fundação Sicredi: é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que tem como objetivo promover a cooperação, a cidadania, a sustentabilidade e a formação dos associados. Para isso, conduz sete frentes de trabalho: Centro de Informação & Memória, Programa Crescer, Programa Pertencer, Captação de Recursos, Cultura, Programa A União Faz a Vida e Sustentabilidade.

Sicredi Fundos Garantidores: é uma empresa jurídica sem fins lucrativos, que tem como associadas as cooperativas Centrais e Singulares. Suas reservas são constituídas pelas contribuições mensais ordinárias e extraordinárias das cooperativas ao Fundo, ressarcimentos e recuperação de ativos. A empresa tem como características a segregação de recursos das demais empresas do Sistema, pois não há incidência de impostos sobre as contribuições, a indivisibilidade das contribuições e o atendimento às exigências normativas. A Sicredi Fundos Garantidores administra oito diferentes fundos: Garantidor de Solidez, Garantidor de Depósitos, Garantidor de Transações Eletrônicas, de Desenvolvimento Nacional, de Desenvolvimento Regional Central Sul, de Desenvolvimento Regional Central PR/SP, de Desenvolvimento Regional Central MT/PA/RO e de Desenvolvimento Regional Central BRC.

Centro Administrativo Sicredi (CAS): o Centro Administrativo Sicredi (CAS) é a sede administrativo-financeira da SicrediPar, do Banco Cooperativo e suas empresas controladas, da Fundação e da Confederação.

Parcerias Internacionais

Estabelecida em 2010, a parceria do Banco Cooperativo Sicredi com o Rabobank e o acordo de investimento com a International Finance Corporation (IFC), firmado em 2011, foram decisivos para que o Sistema passasse a operar em outros patamares. Atualmente, a SicrediPar detém 75,08% do capital do Banco Cooperativo Sicredi S.A.*, cabendo ao Rabobank 21,91% e à IFC 3,01% do capital.

A parceria do Banco Cooperativo Sicredi com o Rabo Development B.V. – braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank – é uma relação estratégica de longo prazo entre instituições que têm afinidades de propósitos e estão focadas no desenvolvimento do cooperativismo de crédito como um modelo de organização econômica da sociedade. Neste momento, o principal fruto é o Programa de Assistência Técnica, que visa à troca de habilidades, conhecimento e melhores práticas entre as duas instituições. O programa permitirá o desenvolvimento dos projetos ligados ao Planejamento Estratégico 2011-2015.

Já a parceria entre o Banco Cooperativo Sicredi e a International Finance Corporation (IFC) permitiu a viabilização de três operações: equity, dívida subordinada e o acesso ao Global Trade Finance Program. O contrato de dívida subordinada do Banco Cooperativo Sicredi com a IFC foi firmado em dezembro de 2011. É o primeiro acordo firmado com um banco cooperativo brasileiro.

Por meio do Global Trade Finance Program, o Banco Cooperativo Sicredi terá acesso a fontes de financiamento diversificadas de mais de 230 bancos internacionais e regionais para facilitar as operações de câmbio de pequenas e médias empresas associadas das cooperativas.

Inclusão financeira

Em 235 cidades brasileiras, o Sicredi é a única instituição financeira existente, de acordo com último levantamento do Banco Central. Com isso, a instituição gera efeitos multiplicadores no desenvolvimento social e econômico dos cidadãos, como a formalização de atividades, o resgate da cidadania, a geração de empregos, o aumento da renda e a materialização de oportunidades de acesso ao crédito e a outros produtos e serviços financeiros.

*Os percentuais referem-se à participação no capital do Banco e não no combinado.

Sustentabilidade

Por meio do desenvolvimento de produtos e serviços e da realização de ações que envolvam a sustentabilidade em seus processos, engajando seu público interno e externo, o Sicredi implantou sua Política de Sustentabilidade, coordenada pela Fundação Sicredi, que está baseada em três eixos:

- Produtos e serviços sustentáveis: desenvolvimento de adicionalidades socioambientais ao portfólio oferecido pelo Sicredi, conferindo transparência e linguagem acessível em relação à sua comercialização.
- Processos sustentáveis: envolve a sustentabilidade nas compras e contratação de serviços, no cumprimento de normas do setor e na ecoeficiência.
- Pessoas pela sustentabilidade: trabalha com o alinhamento dos públicos de relacionamento do Sicredi a um código de conduta padronizado, além do desenvolvimento de programas de sustentabilidade, educação financeira e a participação em ações de responsabilidade social, entre outros.

Programas – A Fundação Sicredi é uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) que promove e difunde o cooperativismo de crédito, a cooperação, a cidadania, a cultura e a sustentabilidade. Atua em diferentes frentes de trabalho alinhadas ao Planejamento Estratégico 2011-2015.

- Programa Crescer: oportuniza aos associados acesso às informações relativas ao tipo societário, suas características, bem como assimilar o papel de proprietário de um empreendimento coletivo.
- Programa Pertencer: busca uma participação mais efetiva dos associados na gestão das cooperativas de crédito do Sicredi.
- Programa A União Faz a Vida: com base nos princípios de Cooperação e Cidadania, contribui para a educação integral de crianças e adolescentes, em âmbito nacional, por meio de práticas de educação cooperativa.
- Centro de Informação & Memória Sicredi: tem como objetivo preservar a memória corporativa do Sicredi e servir como fonte de consulta para colaboradores, associados e público em geral.
- Programas culturais: além do Centro de Informação & Memória, a Fundação Sicredi promove projetos culturais, com o apoio do Ministério da Cultura, por meio da Lei Rouanet.
- Captação de recursos: a Fundação Sicredi capta recursos com o objetivo de desenvolver projetos culturais e o Programa A União Faz a Vida. O site <http://captacaofundacao.sicredi.com.br> foi desenvolvido para que o público externo também possa participar dessa iniciativa. O resultado foi uma arrecadação de R\$ 290 mil, passíveis de dedução do imposto de renda.

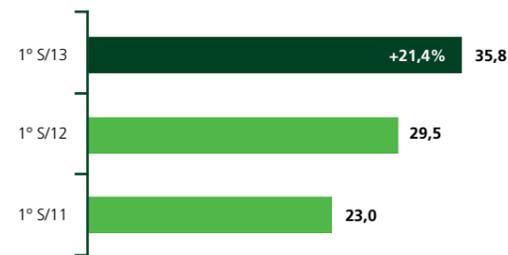
PRINCIPAIS PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO 1º SEMESTRE

CA TECHNOLOGIES - O Sicredi recebeu o prêmio oferecido pela CA Technologies pela implementação de ferramentas no sistema de monitoramento do Sicredi. Os softwares utilizados apresentaram benefícios para as cooperativas como agilidade e assertividade na detecção e no tratamento de incidentes de TI. A instituição financeira recebeu destaque no último CA World, evento global da CA Technologies, realizado em abril nos Estados Unidos.

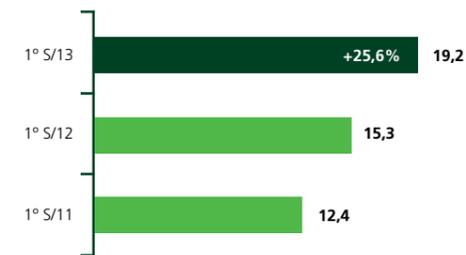
BROADCAST PROJEÇÕES - O Sicredi ficou em segundo lugar no prêmio Broadcast Projeções nas categorias Top 10 Geral e Top 10 Básico. Em sua 7ª edição, a distinção é baseada no ranking AE Projeções e tem o objetivo de premiar as instituições cujas previsões para os principais indicadores econômicos do país mais se aproximam da realidade. O prêmio foi entregue em maio. Na categoria Top Geral, foram avaliados sete indicadores: IPCA, IGP-M, Selic, câmbio (dólar), saldo da balança comercial e relação de dívida-PIB e PIB. Já na categoria Top Básico, foram levados em consideração projeções para inflação, câmbio e taxa de juros.

Sicredi em números

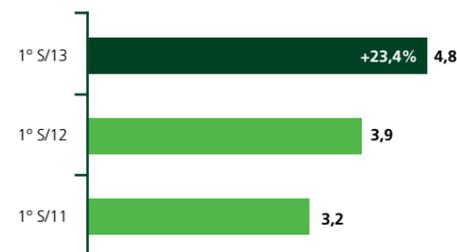
Ativo (R\$ bilhões)



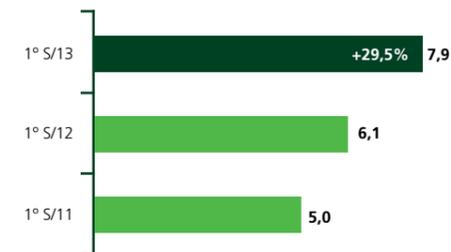
Operações de Crédito Total (R\$ bilhões)



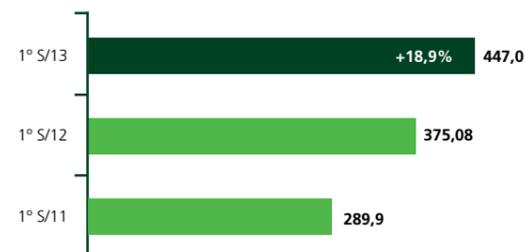
Patrimônio Líquido (R\$ bilhões)



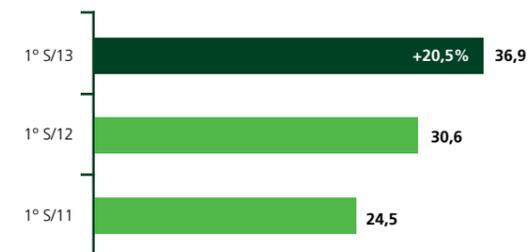
Operações de Crédito Rural (R\$ bilhões)



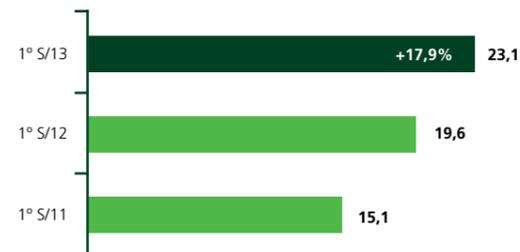
Lucro Líquido (R\$ milhões) *



Recursos Administrados (R\$ bilhões)



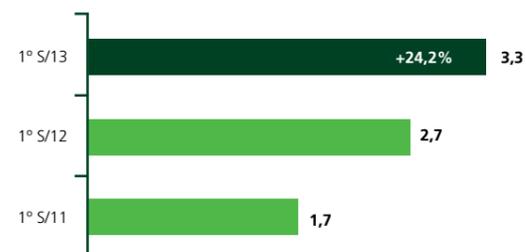
Depósitos Totais (R\$ bilhões)



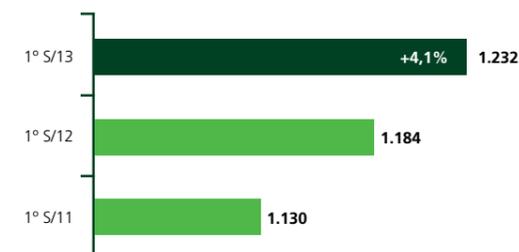
Associados (milhões)



Depósitos de Poupança (R\$ bilhões)



Unidades de Atendimento (mil)



(*) Lucro líquido após a destinação aos acionistas não controladores.
 Nas sociedades cooperativas, o resultado positivo é chamado de sobras. Para efeito da publicação, a nomenclatura adotada foi lucro.

Produtos e Serviços

O Sicredi valoriza o conhecimento e proximidade para oferecer aos associados, muito mais do que produtos e serviços, soluções que cooperam com o momento de vida de cada associado. Quando o objetivo é proporcionar mais tempo, o Sicredi dispõe de soluções que facilitam a vida, como canais e serviços online, por telefone, cartões de crédito e débito. Quem busca mais liberdade, pode recorrer aos produtos de investimento para conquistar sua independência financeira. Quem quer comprar a casa própria ou trocar de carro encontra no Sicredi um auxílio para a realização do seu sonho através do crédito ou do consórcio. Já quem precisa de proteção tem nos produtos de seguro e previdência a solução para aproveitar a vida com mais tranquilidade.

Crédito

O crédito mantém a tendência de crescimento verificada nos últimos anos. A expectativa para 2013 é de manter a média de expansão anual entre 20% e 25%. A carteira total de crédito alcançou R\$ 19,2 bilhões em junho de 2013. Os bons resultados do agronegócio, em especial a safra de soja, contribuíram de forma decisiva para os números consistentes.

Crédito Rural

Neste ano (safra 2012/13), o Sicredi liberou em recursos de Crédito Rural e Direcionados o montante de R\$ 6,8 bilhões em 165 mil operações de Custeio, Investimento, BNDES, Comercialização e FCO. Comparando-se os números com as últimas duas safras, o desempenho do Sistema foi 53,0% superior à safra 2010/11 e 21,5% superior à safra 11/12. Já o número de operações sofreu aumento de 10,7% em relação à safra 2010/11 e cresceu 5,8% em relação à safra 2011/12.

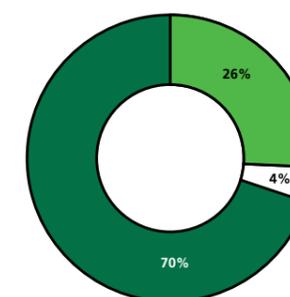
Crédito Comercial

O Crédito Comercial, desconsiderando as operações de cartões, atingiu a marca de R\$ 10,9 bilhões em junho de 2013, performando 21,4% acima que no mesmo período de 2012 e 59,7% em comparação a 2011. As linhas de maior representatividade de Crédito Comercial PJ e PF (excetuando-se Crédito Fácil) apresentam crescimento de 21,1% e 55,3% em relação aos mesmos períodos, acompanhando o crescimento do Sistema.

Microcrédito

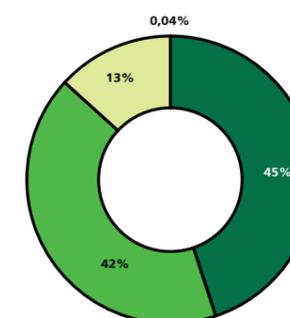
O saldo de microcrédito é de R\$ 40,9 milhões, tendo apresentado um crescimento de 14,4% e de 43,8% referente ao período de junho de 2012 e junho de 2011, respectivamente.

PERFIL DA CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL



■ Custeio ■ Investimento □ Comercialização

PERFIL DA CARTEIRA DE CRÉDITO COMERCIAL



■ Comercial PF ■ Veículos
■ Comercial PJ □ Imobiliário

Captação

No primeiro semestre do ano, o incremento em depósitos a prazo foi de R\$ 1,7 bilhão, volume maior do que o verificado ao longo de 2012. Este produto registrou crescimento de 16,7% até junho de 2013. A poupança, por sua vez, cresceu 12,8% no semestre (contra 8,5% do mercado), com um aumento de mais de R\$ 300 milhões. A perspectiva é de que até o final do ano ocorra um incremento de mais R\$ 1 bilhão na captação, considerando todos os produtos. Dessa forma, o ano de 2013 encerraria com expansão de 22%.

Consórcios

O crescimento em consórcios no Sicredi no primeiro semestre de 2013 se deve a um conjunto de fatores. Entre eles, o empenho das equipes das cooperativas do Sicredi em prestar consultoria, atendendo as necessidades dos seus associados e oferecendo um produto altamente competitivo pensado para esse público. Outros pontos importantes são a ampla variedade de créditos e prazos de pagamento e a excelência na gestão financeira e operacional. Esses elementos contribuem para que a Administradora seja a maior do país ligada ao segmento cooperativo de crédito e também a maior em número de cotas administradas no segmento de serviços, setor relativamente novo no mercado.

O lançamento de novos grupos, com diferentes características, especialmente nos segmentos de imóveis (faixas de crédito de até R\$ 400 mil e prazo de 180 meses, sem taxa de adesão) e de pesados, que incluem caminhões, máquinas e implementos agrícolas e veículos de luxo (créditos de até R\$ 400 mil e prazo de 120 meses), vem potencializando as vendas, com reflexo no aumento do crédito médio comercializado, na comparação com o mesmo período de 2012. Dessa forma, foi possível atender associados com necessidades de cartas de crédito maiores, oferecendo parcelas mais acessíveis, diluídas em mais tempo, tornando o Sicredi ainda mais competitivo.

Seguros

O Sicredi opera no mercado de seguros por meio da Corretora de Seguros Sicredi, controlada pelo Banco Cooperativo. No período entre junho de 2012 e junho de 2013, o crescimento dos produtos de seguros do Sicredi foi de 30,7%, contra 18% do setor. Em volume de negócios, a instituição financeira cooperativa registrou R\$ 299,2 milhões em prêmios de seguros até junho de 2013.

O segmento rural vem sendo um dos destaques, com 48,0% de incremento na produção (R\$ 40,7 milhões, contra R\$ 27,5 milhões no período anterior), assim como o residencial, que cresceu 50,4% (R\$ 17,9 milhões, contra R\$ 11,9 milhões). Em volume, destaque também para o segmento de automóveis, que passou de uma produção acumulada de janeiro a junho de R\$ 75,3 mi-

lhões para R\$ 102,2 milhões. Em relação ao número de apólices vigentes, são 119.663 em automóveis, 160.005 residenciais e 351.930 em vida individual. De maneira geral, o setor apresenta um enorme potencial de crescimento no Brasil, uma vez que ainda é muito baixo o número de brasileiros que percebe o seguro como investimento, e não como custo, cultura essa que vem sendo paulatinamente alterada. Por sua capilaridade e presença, não apenas nos grandes centros, mas em milhares de pequenas cidades, o Sicredi vem desempenhando um importante papel na disseminação do conceito de que ter seguro é ter tranquilidade.

Canais de Conveniência

A múltipla rede de canais de conveniência do Sicredi (internet banking, mobile, redes de autoatendimento e agentes credenciados) vem passando por fortes incrementos nos últimos anos, a partir do *road map* iniciado em 2011, com foco em uma plataforma multicanal que permita acelerar a oferta de produtos e canais. Em dezembro de 2012, entrou no ar a nova ferramenta de internet banking para pessoas físicas, que em junho de 2013 teve sua migração concluída. A ferramenta para pessoas jurídicas está na etapa de produção assistida, com cerca de 30 mil usuários utilizando-a e migração prevista para ser concluída no mês de outubro. Ainda em dezembro de 2012, o Sicredi deu início ao piloto da ferramenta Sicredi Mobi, que permite transações bancárias via smartphones. No mercado financeiro, este canal registrou incremento geral de 333% no número de usuários em 2012.

PRINCIPAIS NÚMEROS DE JUNHO DE 2013

	2012	2013
Caixas Eletrônicos	2.578	2.936
Caixas Eletrônicos Sicredi com saque após as 22h	397	449
Caixas Eletrônicos Sicredi na Rede Compartilhada Banco24Horas	743	769
Caixas Eletrônicos Rede Banco24Horas (TecBan)*	11.655	13.014
Correspondentes bancários	2.409	2.313

* total Brasil (incluindo Estados nos quais o Sicredi não está presente).

Meios Eletrônicos de Pagamento

No segmento de cartões de crédito e débito, o ano de 2013 no Sicredi tem como balizador o Plano de Qualidade Operacional (PQO), na sequência dos grandes desafios enfrentados em 2011 e 2012, após a bem-sucedida implantação da nova plataforma de processamento dos cartões de crédito bandeira Sicredi, a mesma utilizada para a bandeira Visa. Em junho de 2013, a base de cartões bandeira Sicredi e Visa contabilizava mais de 1,9 milhão de unidades. Outro foco importante em meios eletrônicos de pagamento diz respeito às ações de relacionamento com o varejo (pessoas jurídicas), com relação aos domicílios bancários.

PRINCIPAIS NÚMEROS DA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

- Carteira de créditos ativa: R\$ 4 bilhões – crescimento de 23,6% em relação ao 2º semestre de 2012
- Carteira de cotas ativas: 104.168 – crescimento de 10,9% em relação ao 2º semestre de 2012
- Quantidade de cotas vendidas no 1º semestre/2013: 19.342 – crescimento de 32,7% em relação ao 2º semestre de 2012
- Quantidade de créditos comercializados 1º semestre/2013 (venda bruta): R\$ 892.492.262 – crescimento de 77,2% em relação ao segundo semestre de 2012

Governança

As cooperativas do Sicredi estão organizadas em quatro Centrais, que são acionistas da Sicredi Participações S.A. (SicrediPar), criada em 2008 para coordenar a definição dos objetivos estratégicos e econômico-financeiros do Sicredi.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da SicrediPar tem como papel coordenar a definição dos objetivos corporativos do Sicredi, respeitado o processo que garante às cooperativas a decisão sobre os rumos do Sistema. É composto por dez membros, sendo quatro presidentes das Centrais, quatro presidentes de cooperativas singulares (um por Central) e dois membros do Rabobank. Todos são eleitos em assembleia geral.

O Conselho de Administração tem o assessoramento permanente de comitês. Operam sob demanda, a partir de questões a ele submetidas para apoio. São eles:

Comitê de Auditoria e Compliance: auxilia nas decisões quanto aos padrões e procedimentos a serem adotados pelas empresas do Sistema para o atendimento de normas oficiais e internas.

Comitê Estratégico e de Acompanhamento: atua na estruturação de estratégias de longo prazo e nas avaliações quanto à entrada em novos mercados, associações estratégicas e eventuais aquisições, fusões e vendas de empresas do Sistema, bem como no acompanhamento dos direcionadores estratégicos estabelecidos.



O CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO
TEM O
ASSESSORAMENTO
PERMANENTE DE
COMITÊS

Comitê de Riscos: auxilia na formulação e no acompanhamento/controle das políticas e metodologias empregadas quanto a riscos (legais ou internos) de crédito, de mercado e liquidez, operacionais, ambientais e outros.

Comitê de Fundos Garantidores: atua nas decisões quanto ao uso de recursos dos fundos garantidores destinados a utilização corporativa, englobando recomendações relacionadas a estudo técnico de viabilidade e de recuperação econômico-financeira, procedimentos administrativos e sanções para o caso de não atendimento das condições de acesso aos recursos.

Comitê de Pessoas e Conduta: auxilia as decisões sobre as políticas de gestão de pessoas aplicáveis ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e a demais entidades do Sistema. Apoia a definição dos padrões de conduta pessoal e profissional a serem observados no Sicredi.

Diretoria Executiva

A administração e a representação do Banco Cooperativo e empresas controladas, Confederação e Fundação competem à Diretoria Executiva, que tem um mandato de três anos e é eleita pelo Conselho de Administração da SicrediPar. Cabe à Diretoria praticar os atos de gestão na forma da lei não reservados ao Conselho de Administração. A Diretoria Executiva conta com o assessoramento dos seguintes comitês:

Comitê de Usuários: exerce o papel de órgão consultivo da Diretoria Executiva no que diz respeito a desenvolvimento e melhorias nos projetos de produtos e serviços, comunicação e marketing da empresa.

Comitê de Sustentabilidade: criado em 2011, tem entre suas funções monitorar e aprimorar a Política de Sustentabilidade. Conta com um subcomitê em cada uma das quatro Centrais e outros três subcomitês no CAS (Centro Administrativo Sicredi). São eles:

Processos sustentáveis – define critérios socioambientais nos processos de compras e contratação de serviços; cria procedimentos operacionais que consideram conceitos de ecoeficiência, a fim de promover a máxima eficácia no uso dos recursos naturais e de materiais deles derivados; e colabora com a Política de Segurança da Informação, com o Regulamento de Gestão de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e demais normativos que visem à segurança dos dados dos associados e padrões éticos de atuação de colaboradores.

Produtos e serviços sustentáveis – estimula, em meio às áreas, a criação de produtos e serviços com foco socioambiental; e promove o desenvolvimento de materiais e ações que comuniquem com transparência, aos associados, características dos produtos e serviços do Sicredi.

EXEMPLOS DE PROCEDIMENTOS E POLÍTICAS PADRONIZADOS

- Gestão de Risco de Liquidez
- Política de Risco de Crédito
- Procedimentos Contábeis e Fiscais
- Sistemas de Processamento
- Folha de Pagamentos

Pessoas pela sustentabilidade – promove o alinhamento entre a Política de Sustentabilidade e o Código de Conduta; estimula o desenvolvimento de programas de educação com foco em sustentabilidade e a participação de todos os stakeholders; preza por condições de trabalho adequadas; e estimula o uso consciente dos serviços financeiros por parte de associados e colaboradores.

Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face à complexidade dos serviços e produtos ofertados e à crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, busca assegurar a existência de conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes às atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos relacionados às estratégias globais do negócio e às demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente, assegurando a observância de parâmetros estabelecidos nas regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

Decisões estratégicas nas questões corporativas, tais como gestão de risco, com base em propostas do Banco, são formalizadas pelo Conselho de Administração da SicrediPar após decisão das cooperativas. Aprovadas, as regras são obrigatórias. Os sistemas são ajustados para manter automaticamente os procedimentos e limites padronizados.

Normativos

Desde 1971, época em que o cooperativismo de crédito ainda era incipiente no País, o sistema cooperativista brasileiro é regido pela lei 5.764, que instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Um novo padrão regulatório foi implantado pela Constituição de 1988, que incorporou as cooperativas de crédito ao sistema financeiro nacional. A partir daí, a atuação destas entidades passou a ser regulamentada por uma série de normas e resoluções do Banco Central.

Neste cenário, a Lei Complementar 130, de 17 de abril de 2009, é um marco para o cooperativismo de crédito ao assegurar estabilidade ao sistema: transferiu a regulamentação básica das cooperativas de crédito do âmbito de uma autarquia (o Banco Central) para o patamar de uma Lei Complementar. Já a Resolução nº 3.859 do Bacen, de 27 de maio de 2010, regulamentou

PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO (PLD)

O Sicredi tem como um de seus compromissos contribuir com os órgãos governamentais competentes a fim de evitar, detectar e denunciar qualquer ação ilícita contra o Sistema Financeiro Nacional (SFN). Para isso, a instituição conta com a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD), que traz orientações para os mais de 15 mil colaboradores e é atualizada anualmente. Além das ações internas de PLD, o Sicredi integra o Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro da Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

O SICREDI ESTÁ EM CONSTANTE PROCESSO DE MELHORIA DE SEUS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

o funcionamento do sistema a partir das bases fixadas pela Lei 130. Entre os avanços, o aperfeiçoamento da governança corporativa, que induziu o sistema cooperativista à profissionalização e à responsabilização da gestão de suas entidades, com a separação entre Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

Garantia Solidária

O sistema de garantia solidária (*cross guarantee*) do Sicredi está aliado em cinco pilares: estrutura estatutária, políticas operacionais e procedimentos padronizados, governança corporativa, gestão centralizada dos recursos e fundos garantidores.



Estrutura estatutária: o ingresso e a permanência de uma cooperativa no Sicredi estão condicionados à observância das normas corporativas internas, à participação em fundos garantidores e à observação dos limites relativos à solidez patrimonial e de desempenho econômico, financeiro e de liquidez, e, ainda, quanto a risco de mercado e liquidez, risco de crédito, risco operacional e risco de imagem, nos termos da regulamentação oficial e de conformidade com os padrões internos do Sistema. A filiação à Central Sicredi importa, automaticamente, solidariedade da cooperativa, nos termos do Código Civil Brasileiro, limitada ao seu patrimônio, bem como sobre os empréstimos e demais obrigações contraídas pela Central e pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. com a finalidade de financiar atividades dos associados da cooperativa ou do conjunto das demais filiadas. Além disso, a responsabi-

lidade solidária implica, também, quando os beneficiários dos recursos forem associados de cooperativas singulares filiadas a outras cooperativas centrais integrantes do Sicredi. A referida co-responsabilidade, mais as contribuições financeiras destinadas a fundos garantidores do Sicredi, em conformidade com os regulamentos próprios, compõem o sistema de garantias recíprocas para os fins da regulamentação pertinente, inclusive visando a garantir os depósitos mantidos nas entidades e empresas integrantes do Sistema.

Políticas operacionais e procedimentos padronizados: o Banco Cooperativo Sicredi é responsável pelas políticas de gestão de risco e procedimentos válidos para todo o Sistema. Já as decisões estratégicas nas questões corporativas, tais como gestão de risco, com base em propostas do Banco, são formalizadas pelo Conselho de Administração da SicrediPar depois da decisão das cooperativas. Uma vez aprovadas, as regras são obrigatórias para todas as cooperativas de crédito. Os sistemas informatizados internos são ajustados para manter automaticamente os procedimentos e limites padronizados.

Governança corporativa: as decisões estratégicas e regras para o Sistema são definidas de forma centralizada, conforme explicitado no início deste capítulo.

Gestão centralizada dos recursos: o Sicredi calcula níveis mínimos de liquidez que devem ser obedecidos por cada cooperativa, cujo controle é feito de forma automatizada. Da mesma forma, a gestão da centralização financeira de recursos das cooperativas obedece as políticas de investimento do Sicredi, definidas corporativamente.

Fundos garantidores: a gestão é feita pela Sicredi Fundos Garantidores, empresa jurídica sem fins lucrativos que tem como associadas as cooperativas Centrais e Singulares. Suas reservas são constituídas essencialmente pelas contribuições mensais ordinárias e extraordinárias das cooperativas.

Planejamento Estratégico 2011-2015

Elaborado em 2010 com a participação de todas as áreas e cooperativas, o Planejamento Estratégico 2011-2015 é um processo de gestão desenvolvido para que os objetivos para o período sejam alcançados. Os objetivos estratégicos foram desdobrados em 22 Iniciativas Estratégicas, divididas em três ciclos. Foram definidos, inicialmente, cinco temas estratégicos para 2015 – crescimento, relacionamento, eficiência, engajamento e estrutura sistêmica – e suas respectivas métricas e indicadores.

Gerenciamento de Riscos e Capital

O Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos do Acordo de Basileia II. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas sistemicamente no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, cujas estruturas são apresentadas a seguir.

Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi o gerenciamento do risco de crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

A área centralizada, sob a responsabilidade da Superintendência de Crédito e Risco do Banco Cooperativo Sicredi, responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema. Essa unidade tem como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

O SISTEMA
POSSUI ÁREAS
ESPECIALIZADAS
NA GESTÃO
DE RISCO,
CENTRALIZADAS
NO BANCO
COOPERATIVO
SICREDI

Risco de Mercado

O risco de mercado origina-se da variação no valor dos ativos e passivos causada por mudanças nos preços e taxas de mercado, estando inclusos entre estes os juros, preço de ações, cotações de moedas estrangeiras e preços de commodities, podendo também derivar-se das mudanças na correlação entre esses fatores ou nas suas volatilidades.

A gestão de riscos de mercado consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital compatível com os riscos incorridos.

A atividade de gerenciamento do risco de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. O gerenciamento do risco de mercado do Sistema Cooperativo Sicredi está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi sob responsabilidade da Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos e é exercido pela área de Análise Econômica e Riscos de Mercado.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Conheça a estrutura do Sicredi \ Banco Cooperativo Sicredi \ Risco de Mercado".

Risco de Liquidez

Risco de liquidez está relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. Em termos normativos, o controle do risco de liquidez é regulamentado pela Resolução CMN nº 4.090/12. O gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Cooperativo Sicredi está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi sob responsabilidade da Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos e é exercido pela área de Análise Econômica e Riscos de Mercado.

O atendimento aos normativos e o controle de liquidez é realizado por meio da análise da estrutura dos ativos e passivos das instituições, através dos seguintes instrumentos e ferramentas:

- Projeções de Fluxo de Caixa;
- Teste de Estresse;
- Limites de Liquidez;
- Plano de Contingência de Liquidez;
- Nível Mínimo Liquidez.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Conheça a estrutura do Sicredi \ Banco Cooperativo Sicredi \ Risco de Liquidez".

Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional do Sicredi está implementada de forma centralizada na Superintendência de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada diretamente à Presidência Executiva.

Essa estrutura é responsável pela administração da política de riscos operacionais e pela coordenação e execução, no que lhe compete, dos processos relativos à disciplina para todo o sistema de forma padronizada e centralizada, em conformidade com a Resolução CMN 3.380/06 e demais normativos relacionados.

O processo de gerenciamento de risco operacional foi desenhado para capacitar a identificação, avaliação, mitigação e monitoramento dos riscos associados a cada instituição individualmente, ao conglomerado, bem como a identificação e acompanhamento dos riscos associados às demais empresas não financeiras.

Trata-se de um ciclo integrado compreendido por um conjunto de etapas que visa manter a exposição a risco operacional em níveis toleráveis, avaliados constantemente pela alta administração. O ciclo de gerenciamento de risco operacional contempla as fases de:

- Identificação de risco operacional. Nessa fase, são analisados os processos de negócio e apoio, e diagnosticadas as principais exposições a falhas ou incorreções no que concerne a risco operacional. São coletados também elementos de diagnóstico em outras fontes de informação, como relatórios de inconformidades, reportes de incidentes ou de auditorias internas e externas.
- Identificação de controles. Essa etapa compreende a análise e busca de controles considerados melhores práticas de mercado; também são analisados os requerimentos regulamentares internos e externos no que compete aos processos em análise. O principal objetivo dessa fase é o levantamento de controles mitigatórios, implementados ou não na organização.
- Avaliação de controles. Feita a identificação dos riscos relacionados aos processos em análise, e respectivos controles mitigatórios, sejam aqueles considerados melhores práticas ou exigidos por normativos internos e ex-

ternos, são obtidos, in loco, o entendimento dos controles em prática pela entidade. Nessa fase, são efetuados testes de desenho para confirmar o entendimento e também para obter conforto sobre a efetividade do controle.

- Mitigação do risco operacional. De posse do resultado da avaliação dos controles, são elaborados, nessa etapa, em conjunto com as áreas envolvidas no processo, planos de ações para aqueles controles avaliados como não efetivos.
- Monitoramento do risco operacional. A execução dos planos de ação para tratamento de riscos é acompanhada periodicamente pelas áreas de controles internos ao qual a matriz de riscos está submetida, conforme a definição de papéis e responsabilidades instituída pela política de risco operacional.

Todo o ciclo de gerenciamento do risco operacional é suportado por ferramenta sistêmica que integra as informações e possibilita o monitoramento centralizado do risco em todas as entidades do Sistema, financeiras e não financeiras.

Basileia III

Basileia III é a resposta regulatória internacional à crise financeira e bancária de 2008. Essencialmente, esse acordo busca aumentar a qualidade e quantidade do capital das instituições financeiras, a fim de tornar o sistema financeiro mais resiliente e reduzir riscos e custos para o setor público e para os demais setores da economia real decorrentes de eventuais crises bancárias. Em termos práticos, Basileia III é um conjunto de recomendações de melhores práticas relativas à estrutura de capital de instituições financeiras. As

O CICLO DE GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL É SUPORTADO POR FERRAMENTA SISTÊMICA QUE INTEGRA AS INFORMAÇÕES E POSSIBILITA O MONITORAMENTO CENTRALIZADO DO RISCO

principais economias, detentoras dos mais importantes sistemas financeiros, que formam o grupo G20, assumiram o compromisso de implementar essas recomendações na regulamentação de seus sistemas financeiros.

O acordo, apesar de complexo, inspira-se em um princípio muito simples: os bancos precisam ser seguros para seus clientes, tanto pessoas quanto empresas, e ter recursos próprios suficientes (sob a forma de capital, provisões, recursos livres, etc.) para enfrentar situações de crise.

O acordo parte do pressuposto básico de que, para alcançar um desenvolvimento econômico sustentável, é fundamental a existência de um sistema financeiro sólido, norteado por incentivos adequados e resiliente a choques. Buscando alcançar essa meta, estabelece-se um padrão regulamentar único, com condições similares de competitividade, de maneira a evitar uma possível arbitragem entre países com diferentes regras.

No Brasil, a autoridade monetária emitiu um conjunto de normas que abordam a implantação das recomendações de Basileia III, passando a vigorar a partir de outubro de 2013. No caso do Sicredi, as Cooperativas Singulares, Centrais e o próprio Banco Cooperativo Sicredi cumprem individualmente as exigências normativas exigidas pelo Banco Central do Brasil, apresentando índices de Basileia próprios, de acordo com a sua estrutura patrimonial e dos seus ativos.

Informações adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos, assim como das políticas e práticas comuns ao Sistema Sicredi podem ser acessadas por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: "Conheça o Sicredi \ Estrutura \ Banco Cooperativo Sicredi".

AS COOPERATIVAS SINGULARES, CENTRAIS E O BANCO COOPERATIVO SICREDI CUMPREM INDIVIDUALMENTE AS EXIGÊNCIAS NORMATIVAS EXIGIDAS PELO BANCO CENTRAL

Desempenho Econômico-Financeiro

O lucro líquido do Sicredi após a destinação aos acionistas não controladores alcançou o montante de R\$ 447,0 milhões em junho de 2013, registrando crescimento de 18,9% em relação ao mesmo período do ano passado. Esse resultado foi impactado, principalmente, pela expansão de 9,4% das receitas de intermediação financeira, puxadas pelas operações de crédito, que registraram incremento de 15,7%. Nesse cenário, a relativa estabilidade das despesas de intermediação financeira (-0,4%) garantiu um resultado favorável para a instituição no período. Ainda vale mencionar o desempenho das receitas de prestação de serviços, que registraram crescimento de 16,8%.

Os ativos totais do sistema registraram crescimento de 21,4% em junho, quando comparados ao mesmo período de 2012, totalizando R\$ 35,8 bilhões. Na mesma base de comparação, as operações de crédito total aumentaram 25,6%, finalizando o primeiro semestre com R\$ 19,2 bilhões e, com isso, contribuindo para o incremento do total de ativos. Desse total, as operações de crédito rural registraram expansão de 29,5%, atingindo R\$ 7,9 bilhões. O patrimônio líquido da instituição mostrou expansão de 23,4%, em comparação com o primeiro semestre do ano passado, totalizando R\$ 4,8 bilhões em junho de 2013. O capital social subiu 18,0%, e as reservas, cerca de 34,8%, alcançando R\$ 2,7 bilhões e R\$ 1,6 bilhão, respectivamente.

Os números ganham relevância se considerado o desempenho geral da economia no país, que em 2012 cresceu 0,9%. Além disso, a carteira de crédito da economia nacional cresceu apenas 16,4% no primeiro semestre desse ano, frente ao mesmo período de 2012, enquanto que o Sicredi registrou expansão de 25,6%. Diante desse cenário, pode-se afirmar que o desempenho da instituição, que se mostra melhor a cada ano, é reflexo de um modelo de governança alinhado às boas práticas de mercado e de programas que oferecem a formação necessária para que os associados participem efetivamente do processo de gestão.

O DESEMPENHO DA INSTITUIÇÃO, É REFLEXO DE UM MODELO DE GOVERNANÇA ALINHADO ÀS BOAS PRÁTICAS DE MERCADO E DE PROGRAMAS QUE OFERECEM A FORMAÇÃO PARA QUE OS ASSOCIADOS PARTICIPEM DO PROCESSO DE GESTÃO



Demonstrações Financeiras Combinadas

BALANÇOS PATRIMONIAIS COMBINADOS 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012 (Não auditado)
Ativo			
Circulante		26.532.679	21.856.188
Disponibilidades		239.508	220.957
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	10.610.419	8.589.050
Aplicações no mercado aberto		10.381.204	8.312.121
Aplicações em depósitos interfinanceiros		212.730	262.281
Aplicações em moedas estrangeiras		16.485	14.648
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	2.523.084	2.094.433
Carteira própria		1.164.427	1.468.749
Vinculados a operações compromissadas		102.449	-
Vinculados a prestação de garantias		1.037.455	515.464
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	218.753	110.220
Relações interfinanceiras		793.272	729.475
Pagamentos e recebimentos a liquidar		202.408	160.095
Créditos vinculados		564.061	549.117
Depósitos no Banco Central		564.061	549.117
Correspondentes		26.803	20.263
Relações interdependências		1.003	-
Recursos em trânsito de terceiros		1.003	-
Operações de crédito	7	11.821.462	9.838.212
Setor privado		12.433.573	10.339.323
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.d	(612.111)	(501.111)
Outros créditos		467.612	320.233
Carteira de câmbio		82.207	118.595
Rendas a receber		48.294	64.979
Créditos específicos		10.101	7.881
Negociação e intermediação de valores		1.669	3.680
Títulos e créditos a receber	7	215.797	25.680
Devedores por compra de valores e bens	7	22.859	19.774
Diversos	8	113.599	110.952
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7.d	(27.756)	(32.134)
Avais e fianças honrados		842	826
Outros valores e bens	9	76.319	63.828
Não circulante		9.251.825	7.625.281
Realizável a longo prazo		8.625.186	7.119.578
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	1.976.399	2.278.109
Carteira própria		519.583	257.923
Vinculados a operações compromissadas		192.250	568.911
Vinculados a prestação de garantias		1.264.024	1.451.275
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	542	-
Operações de crédito	7	6.537.195	4.756.128
Setor privado		6.784.154	4.962.627
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.d	(246.959)	(206.499)
Outros créditos		111.592	85.341
Títulos e créditos a receber	7	21.048	12.089
Diversos	8	90.544	73.252
Permanentemente		626.639	505.703
Investimentos		99.412	89.678
Participação em controladas no país	10	91.798	80.717
Outros investimentos	11	7.614	8.961
Imobilizado de uso	12	385.286	309.152
Imobilizações em curso		47.220	41.280
Imóveis de uso		114.180	71.670
Outras imobilizações de uso		512.795	449.517
Depreciação acumulada		(288.909)	(253.315)
Intangível	12	141.941	106.873
Aquisição e desenvolvimento de software		233.096	159.498
Amortização acumulada		(91.155)	(52.625)
Total do ativo		35.784.504	29.481.469

BALANÇOS PATRIMONIAIS COMBINADOS 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012 (Não auditado)
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		16.587.583	13.574.933
Depósitos	13	12.122.278	9.893.436
Depósitos à vista		3.917.113	3.396.008
Depósitos de poupança		3.298.974	2.655.815
Depósitos interfinanceiros		3.566.668	2.657.990
Depósitos a prazo		1.339.523	1.183.623
Captações no mercado aberto	13	2.251.294	1.654.455
Carteira própria		101.019	565.385
Carteira de terceiros		2.150.275	1.089.070
Recursos de aceites e emissão de títulos		5.559	2.114
Recursos de letras de crédito do agronegócio		5.559	2.114
Relações interfinanceiras		286.422	232.015
Recebimentos e pagamentos a liquidar		286.213	231.591
Repasse interfinanceiros		209	424
Relações interdependências		49.758	35.463
Recursos em trânsito de terceiros		49.758	34.492
Transferência interna de recursos		-	971
Obrigações por empréstimos	14	458.673	752.483
Empréstimos no País		365.992	631.227
Empréstimos no exterior		92.681	121.256
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	14	571.340	450.003
Tesouro Nacional		839	1.439
Banco do Brasil		6.225	4.410
BNDES		318.382	270.661
FINAME		245.894	173.493
Instrumentos financeiros derivativos		14.231	6.916
Instrumentos financeiros derivativos		14.231	6.916
Outras obrigações		828.028	548.048
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		40.498	35.723
Carteira de câmbio	15.a	7.033	8.288
Sociais e estatutárias		60.255	44.400
Fiscais e previdenciárias		68.177	55.676
Negociação e intermediação de valores		5.573	6.189
Diversas	15.b	642.176	397.772
Dívida subordinada	15.c	4.316	-
Não circulante		14.201.910	11.873.403
Exigível a longo prazo		14.201.910	11.873.403
Depósitos	13	10.999.412	9.725.019
Depósitos interfinanceiros		-	163.361
Depósitos a prazo		10.999.412	9.561.658
Captações no mercado aberto	13	191.211	-
Carteira própria		191.211	-
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	14	2.873.739	2.116.984
Tesouro Nacional		2.823	3.682
Banco do Brasil		33.960	21.807
BNDES		1.712.020	1.370.172
FINAME		1.124.936	721.323
Outras obrigações		137.548	31.400
Fiscais e previdenciárias		700	1.379
Diversas	15.b	37.473	30.021
Dívida subordinada	15.c	99.375	-
Participação de acionistas não controladores		178.363	131.276
Participação de acionistas não controladores	17	178.363	131.276
Patrimônio líquido	18	4.816.648	3.901.857
Capital social		2.717.479	2.302.273
Reservas de lucros		1.658.183	1.230.523
Ajustes de valor patrimonial		774	1.725
Lucros Acumulados		440.212	367.336
Total do passivo e do patrimônio líquido		35.784.504	29.481.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

DEMONSTRAÇÕES COMBINADAS DOS RESULTADOS Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012 (Não auditado)
Receitas da intermediação financeira		2.278.211	2.083.176
Operações de crédito		1.792.729	1.550.022
Resultado de instrumentos financeiros e derivativos	6.c	9.849	4.162
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		451.425	502.785
Resultado de operações de câmbio		10.236	14.306
Resultado de aplicações compulsórias		13.972	11.901
Despesas da intermediação financeira		(928.338)	(931.626)
Operações de captação no mercado		(582.024)	(608.691)
Operações de empréstimos e repasses		(90.109)	(91.715)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.d	(256.205)	(231.220)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.349.873	1.151.550
Outras receitas (despesas) operacionais		(783.726)	(658.771)
Receitas de prestação de serviços	22	369.882	316.756
Despesas de pessoal		(538.111)	(424.202)
Outras despesas administrativas	23	(425.328)	(380.066)
Despesas tributárias		(17.997)	(16.147)
Resultado de participações em controladas	10	5.806	3.552
Outras receitas operacionais	24	83.378	57.926
Outras despesas operacionais	25	(261.356)	(216.590)
Resultado operacional		566.147	492.779
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		566.147	492.779
Imposto de renda e contribuição social	19	(38.053)	(33.924)
Imposto de renda		(23.552)	(19.659)
Contribuição social		(15.184)	(12.830)
Créditos Fiscais diferidos líquidos		683	(1.435)
Participações nos lucros		(66.339)	(70.319)
Participações dos acionistas não controladores		(14.729)	(12.698)
Lucro líquido do semestre		447.026	375.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

DEMONSTRAÇÕES COMBINADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Outras reservas	Ajustes de valor patrimonial	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	2.099.661	1.165.107	25.530	5.522	(94)	3.444.808
(Não auditado)						
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-	-
Distribuição para associados	-	-	-	-	-	(119.732)
Destinações para reservas	(97)	45.708	-	-	-	(45.708)
Reversão Reserva Legal/Absorção Perdas	-	-	-	-	-	(97)
Outras destinações	247.696	20.730	(25.530)	(3.422)	-	22.042
Aumento de capital	(44.987)	-	-	-	-	222.166
Baixas de capital	-	-	-	-	1.819	(44.987)
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-	1.819
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	375.838
Destinações do lucro	-	-	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	1.123	-	-	-	(1.123)
Reversões de reservas	-	(4.245)	-	-	-	4.245
Saldos em 30 de junho de 2012	2.302.273	1.228.423	-	2.100	1.725	3.901.857
(Não auditado)						
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.492.528	1.613.502	5.935	2.280	91	4.329.018
(Não auditado)						
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-	-
Distribuição para associados	-	-	-	-	-	(175.837)
Reversões de reservas	(68)	64.039	-	(17)	-	(64.022)
Reversão Reserva Legal/Absorção Perdas	-	-	-	-	-	(68)
Outras destinações	283.071	(1.415)	(5.935)	-	-	(1.843)
Aumento de capital	(58.052)	-	-	-	-	277.136
Baixas de capital	-	-	-	-	683	(58.052)
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-	683
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	447.026
Destinações do lucro	-	-	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	1.100	-	-	-	(1.100)
Reversões de reservas	-	(21.306)	-	-	-	21.306
Saldos em 30 de junho de 2013	2.717.479	1.655.920	-	2.263	774	4.816.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

DEMONSTRAÇÕES COMBINADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012 (Não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		485.079	409.762
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos			
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos		594	552
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.d	256.205	231.220
Depreciações e amortizações	23	29.763	27.516
Perda na alienação de imobilizado		12.031	14.095
Provisão para passivos e litígios	16	7.954	13.463
Juros dívida subordinada	15.c	4.316	-
Resultado de participação em controladas	10	(5.806)	(3.552)
Lucro líquido ajustado do semestre		790.136	693.056
Variações nos ativos e passivos			
Redução (aumento) em relações interfinanceiras e relações interdependências		70.004	46.632
(Aumento) em operações de crédito		(1.084.356)	(1.020.234)
(Aumento) em outros créditos		(147.180)	(15.652)
Redução (aumento) em outros valores e bens		(14.314)	(8.511)
Aumento (redução) em outras obrigações		(77.254)	(348.937)
Caixa líquido aplicado nas operações		(462.964)	(653.646)
Impostos de renda e contribuição social pagos		(20.668)	(30.819)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(483.632)	(684.465)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(2.980.250)	(1.355.772)
(Aumento) em TVM e instrumentos financeiros derivativos		106.876	(578.921)
(Aumento) em depósitos compulsórios no Bacen		11.966	(164.090)
Aquisição de intangível		(57.261)	(37.184)
Aquisição de imobilizado de uso		(60.503)	(48.151)
Integralização de capital em empresas controladas		(1.325)	(1.022)
Dividendos recebidos		726	229
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.979.771)	(2.184.911)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento em depósitos		3.166.297	3.338.842
Aumento (redução) em captações no mercado aberto		676.017	111.891
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		344.372	356.150
Aumento de capital		130.461	102.434
Baixas de capital		(61.378)	(23.042)
Ajustes patrimoniais		683	1.819
Dividendos pagos		(29.162)	-
Participações dos acionistas não controladores		37.955	15.796
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		4.265.245	3.903.890
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		801.842	1.034.514
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		1.661.168	733.898
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	2.463.010	1.768.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
30 de junho de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Sistema Cooperativo Sicredi (“Sicredi” ou “Sistema”) é integrado por 108 cooperativas de crédito filiadas (“Cooperativas”) de primeiro grau, que operam com uma rede de 1.232 pontos de atendimento. A estrutura conta ainda com as quatro Centrais Regionais (“Centrais”) – acionistas da Sicredi Participações S.A. –, a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi (“Confederação Sicredi”), a Fundação Sicredi e o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Banco”), que controla a Corretora de Seguros Sicredi Ltda, a Administradora de Cartões Sicredi Ltda, a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda e a Administradora de Bens Sicredi Ltda.

Com 2,4 milhões de associados em todo o país, o Sicredi é uma instituição financeira cooperativa feita por pessoas para pessoas. Presente em dez estados brasileiros, promove o desenvolvimento econômico e social dos associados e das comunidades onde atua, operando com crescimento sustentável. Tem como diferencial um modelo de gestão que valoriza a participação, no qual os sócios votam e decidem sobre os rumos da sua cooperativa de crédito.

O Sistema, através do Banco, firmou acordo de investimento em 07 de junho de 2011 com o Rabo Development B.V. (“RFID”), braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank. A parceria proporciona o intercâmbio de informações e de conhecimentos técnicos entre o Sicredi e o Sistema Rabobank. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil - Bacen em 27 de janeiro de 2011 e também pelo governo federal, através do Decreto presidencial de 18 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2011. Em 30 de junho de 2013 o RFID participa com 21,91% do capital do Banco.

Em outubro de 2012, o Sistema através do Banco firmou acordo de investimento com a International Fi-

nance Corporation (“IFC”), membro do Banco Mundial e maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento. A parceria visa contribuir para o desenvolvimento do Sicredi. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo Bacen em 24 de maio de 2013. Em 30 de junho de 2013 a IFC participa com 3,01% do capital do Banco.

A aprovação destas demonstrações financeiras combinadas foi dada pela Diretoria Executiva do Banco em 04 de outubro de 2013.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas

a) Apresentação das demonstrações financeiras combinadas

As demonstrações financeiras combinadas do Sicredi, que são de responsabilidade das Administrações das instituições integrantes do combinado, estão sendo apresentadas pela primeira vez e exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Sistema Sicredi, independentemente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras estabelecidas pelo Bacen e Conselho Monetário Nacional - CMN. Dessa forma, tais demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma pessoa jurídica e suas controladas, bem como não podem ser tomadas por base para fins de cálculo de dividendos, avaliação de desempenho, impostos ou para quaisquer outros fins societários ou estatutários.

As demonstrações financeiras combinadas dos Sistemas Cooperativos foram facultadas pelo Bacen e CMN através da Resolução nº 4.151/12 e Circular nº 3.669/13, as quais possibilitam às instituições que compõem os Sistemas Cooperativos a divulgação de suas Demonstrações Financeiras de forma Combinada e estabelecem procedimentos para a elaboração e divulgação dessas demonstrações.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130, de 17 de abril de 2009.

b) Critérios de combinação

Foram incluídos os saldos das contas patrimoniais e de resultado das instituições participantes da combinação, bem como eliminados os saldos resultantes de operações realizados entre as instituições.

c) Relação das instituições incluídas nas demonstrações financeiras combinadas

De acordo com a Resolução nº 4.151/12 o sistema cooperativo é o conjunto formado por cooperativas singulares de crédito, cooperativas centrais de crédito, confederações de crédito e banco cooperativos, vinculadas direta ou indiretamente a essas instituições, mediante participação societária ou por controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum, ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial.

Em 02 de outubro de 2013, o Bacen definiu, através do artigo 6º da Circular nº 3.669/13, que devem integrar o Balancete Combinado do Sistema Cooperativo todos os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do sistema cooperativo combinado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

Diante disso o Sicredi considerou as seguintes entidades em sua demonstração financeira combinada:

Banco Cooperativo Sicredi S.A.: instituição financeira privada nacional, constituída de acordo com a

Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional - CMN teve seu funcionamento autorizado pelo Bacen em 20 de março de 1996 e iniciou suas atividades em 3 de junho de 1996. A Instituição tem por objeto social e atividade preponderante o exercício de operações bancárias de caráter comercial, inclusive de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de sua carteira comercial e de investimentos. Por decisão estratégica do Sistema, atua como instrumento das Cooperativas de Crédito, possibilitando a estas, através de convênios, operar nos diversos mercados disponíveis e praticar operações complementares às de sua natureza, oportunizando aos seus associados o acesso a um balcão de serviços completo;

Cooperativas Centrais de Crédito: instituição financeira cooperativa de crédito que tem como atividade principal difundir o cooperativismo de crédito, coordenar e supervisionar a atuação das cooperativas filiadas, apoiando-as nas atividades de desenvolvimento e expansão, podendo praticar todas as operações compatíveis com a sua modalidade social, inclusive obter recursos financeiros de fontes externas, obedecida à legislação pertinente, aos atos regulamentares oficiais, seu estatuto e às normas internas do Sicredi;

Cooperativas de Crédito Singulares: instituição financeira não bancária autorizada a funcionar pelo Bacen, podendo ser filiada a Cooperativas Centrais de Crédito.

Fundos de investimento: os fundos de investimento incluídos no combinado em atendimento ao artigo 6º da Circular nº 3.669/13 foram o Fundo Multimercado Centrais Sicredi e o Fundo de Investimento em Ações Sicredi.

As demais entidades do Sicredi segundo estabelecido pela Resolução nº 4.151/12 e Circular nº 3.699/13 não foram incluídas nesta demonstração financeira combinada sendo apresentadas através da participação societária. O detalhamento destas entidades é demonstrado nas notas explicativas 10 e 11.

A composição analítica das participações dos associados do Sistema nas instituições incluídas nas demonstrações financeiras combinadas é conforme segue:

Nome Fantasia	UF	Participação		Ativo Total		Patrimônio Líquido		Resultado	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Banco Cooperativo Sicredi	RS	75,08%	73,82%	23.083.375	19.303.936	678.671	475.300	22.005	22.454
Central Sicredi Sul	RS	100,00%	100,00%	6.369.595	5.960.569	306.570	239.017	-	56
Central Sicredi PR/SP	PR	100,00%	100,00%	2.783.707	2.517.613	131.884	96.768	-	(2)
Central Sicredi MT/PA/RO	MT	100,00%	100,00%	1.571.342	1.140.690	97.805	50.570	-	15
Central Sicredi Brasil Central	MS	100,00%	100,00%	554.076	490.006	25.339	16.436	-	4
Sicredi Norte Norte MT	MT	100,00%	100,00%	1.303.156	481.486	228.487	71.022	9.079	7.846
Sicredi Pioneira RS	RS	100,00%	100,00%	1.069.210	890.400	179.724	156.320	11.914	13.391
Sicredi União RS	RS	100,00%	100,00%	875.084	776.129	155.560	129.754	14.168	7.471
Sicredi Região dos Vales RS	RS	100,00%	100,00%	823.151	703.583	145.880	121.921	12.726	10.916
Sicredi União PR	PR	100,00%	100,00%	1.074.047	922.490	138.131	107.760	12.712	8.306
Sicredi Cataratas Do Iguaçu	PR	100,00%	100,00%	937.781	757.109	135.011	101.554	14.290	12.065
Sicredi Celeiro do MT	MT	100,00%	100,00%	804.316	704.683	128.959	92.750	18.848	12.006
Sicredi Planalto Gaúcho	RS	100,00%	100,00%	675.590	592.832	121.114	103.699	17.156	15.317
Sicredi Centro-Sul MS	MS	100,00%	100,00%	639.389	542.598	120.295	93.951	14.881	9.066
Sicredi Noroeste RS	RS	100,00%	100,00%	409.812	365.764	105.667	89.609	11.098	7.143
Sicredi Vale do Piquiri PR	PR	100,00%	100,00%	612.111	510.073	95.531	68.820	11.995	10.647
Sicredi Altos da Serra RS	RS	100,00%	100,00%	416.305	383.877	93.603	81.369	6.979	7.226
Sicredi Univales MT	MT	100,00%	100,00%	379.721	246.483	90.673	69.120	11.574	8.890
Sicredi Serrana RS	RS	100,00%	100,00%	878.584	567.906	87.058	69.615	7.957	6.293
Sicredi Alto Uruguai RS/SC	RS	100,00%	100,00%	407.232	391.045	85.297	70.102	7.034	7.048
Sicredi Centro Serra RS	RS	100,00%	100,00%	439.611	340.463	83.370	71.035	8.107	6.655
Sicredi Região Centro	RS	100,00%	100,00%	478.118	381.229	78.412	66.578	6.066	7.544
Sicredi Itaquí RS	RS	100,00%	100,00%	218.883	173.861	76.495	68.172	5.171	6.219
Sicredi Ouro Branco RS	RS	100,00%	100,00%	467.789	385.565	74.983	58.424	7.116	6.057
Sicredi Vale do Taquari RS	RS	100,00%	100,00%	442.657	369.453	74.067	61.957	6.347	7.110
Sicredi Vale do Jaguarí RS	RS	100,00%	100,00%	284.565	258.283	71.628	59.402	5.775	5.837
Sicredi Norte RS/SC	RS	100,00%	100,00%	567.524	493.841	71.314	59.449	6.421	1.881
Sicredi Sudoeste MT	MT	100,00%	100,00%	407.465	324.053	71.106	51.921	9.486	9.533
Sicredi Fronteira PR/SC	PR	100,00%	100,00%	344.652	300.388	70.600	54.779	8.003	8.820
Sicredi Botucaraí RS	RS	100,00%	100,00%	353.218	305.836	68.085	57.232	6.380	5.091
Sicredi Sudoeste RS	RS	100,00%	100,00%	311.700	263.510	66.594	58.295	4.624	4.334
Sicredi Zona Sul RS	RS	100,00%	100,00%	359.379	296.141	62.547	50.449	6.595	4.783
Sicredi Ibiraiaras RS	RS	100,00%	100,00%	406.792	354.235	61.719	49.451	6.940	5.012
Sicredi Costa Oeste PR	PR	100,00%	100,00%	254.473	225.941	61.333	50.473	5.790	4.784
Sicredi Alto Xingú	MT	100,00%	100,00%	352.480	219.165	56.938	47.036	3.616	6.817
Sicredi Alto Nordeste RS	RS	100,00%	100,00%	316.973	260.735	56.937	43.488	4.016	3.987
Sicredi Iguaçu PR/SC	PR	100,00%	100,00%	273.919	233.598	55.542	43.146	6.027	4.386
Sicredi Sul MT	MT	100,00%	100,00%	350.498	229.946	53.767	42.516	4.267	5.287
Sicredi Vale do Cerrado	MT	100,00%	100,00%	342.613	240.108	50.898	32.737	9.929	3.386
Sicredi Espumoso RS	RS	100,00%	100,00%	216.581	198.421	49.912	41.222	5.478	4.461
Sicredi Norte MT	MT	100,00%	100,00%	276.326	192.879	49.074	36.415	5.477	4.592
Sicredi Rota das Terras RS	RS	100,00%	100,00%	221.005	196.260	48.536	41.646	3.794	2.532
Sicredi Campos Gerais PR	PR	100,00%	100,00%	413.070	329.245	48.104	36.584	5.241	4.441
Sicredi Vale do Rio Pardo	RS	100,00%	100,00%	349.198	294.726	47.893	43.488	4.643	4.160
Sicredi Nossa Terra	PR	100,00%	100,00%	229.716	182.166	46.058	34.477	4.768	3.782
Sicredi Celeiro RS/SC	RS	100,00%	100,00%	229.992	194.383	46.045	34.885	3.348	1.764
Sicredi Região da Produção	RS	100,00%	100,00%	290.080	263.290	43.255	36.336	2.773	3.338
Sicredi Augusto Pestana RS	RS	100,00%	100,00%	169.788	160.455	42.575	36.490	4.423	3.978
Sicredi Federal MS	MS	100,00%	100,00%	129.258	96.464	41.734	33.720	3.765	3.656
Sicredi São Cristóvão PR/SC	PR	100,00%	100,00%	257.633	201.838	41.169	31.416	4.987	5.432
Sicredi Oeste PR	PR	100,00%	100,00%	198.383	167.499	40.808	29.674	3.675	2.421
Sicredi Alto Jacuí RS	RS	100,00%	100,00%	192.586	178.126	40.529	34.797	3.648	3.195
Sicredi Estação RS	RS	100,00%	100,00%	173.122	143.550	38.821	29.779	5.309	2.873
Sicredi Fronteira Sul RS	RS	100,00%	100,00%	211.033	171.305	36.310	31.624	2.587	2.724
Sicredi Paranapanema PR/SP	PR	100,00%	100,00%	275.146	217.675	36.167	30.351	2.311	1.701
Sicredi Centro Leste RS	RS	100,00%	100,00%	313.152	251.768	36.104	32.514	1.085	1.925
Sicredi Agroempresarial PR	PR	100,00%	100,00%	272.264	219.235	35.333	25.603	4.782	2.059
Sicredi Planalto Médio RS	RS	100,00%	100,00%	234.514	190.525	34.836	25.123	4.515	3.658
Sicredi Campo Grande MS	MS	100,00%	100,00%	166.136	108.073	33.347	17.428	3.086	1.413
Sicredi Araguaia	MT	100,00%	100,00%	204.965	171.797	32.922	27.153	14	2.819
Sicredi Celeiro Centro Oeste	MS	100,00%	100,00%	203.981	186.343	32.706	22.101	5.529	2.560
Sicredi União Metropolitana RS	RS	100,00%	100,00%	356.273	307.513	32.547	27.833	1.052	(2.431)

Nome Fantasia	UF	Participação		Ativo Total		Patrimônio Líquido		Resultado	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Sicredi Noroeste MT	MT	100,00%	100,00%	188.518	131.279	32.407	25.014	3.241	1.577
Sicredi Grandes Lagos PR	PR	100,00%	100,00%	163.956	136.833	29.740	23.411	1.992	3.833
Sicredi Grande Palmeira	RS	100,00%	100,00%	121.264	109.003	29.739	23.410	2.833	1.547
Sicredi Centro Sul PR/SC	PR	100,00%	100,00%	181.585	138.230	29.607	21.049	4.258	3.496
Sicredi Norte Sul PR/SP	PR	100,00%	100,00%	220.010	165.455	28.784	22.102	1.979	2.093
Sicredi Terceiro Planalto	PR	100,00%	100,00%	160.335	116.992	28.585	21.324	2.910	2.556
Sicredi Pantanal MS	MS	100,00%	100,00%	150.285	134.237	27.366	22.359	2.916	2.760
Sicredi Planalto Central GO	GO	100,00%	100,00%	164.838	151.237	26.403	18.699	2.087	1.581
Sicredi Rio Paraná PR/SP	PR	100,00%	100,00%	155.775	134.805	24.468	19.168	1.040	692
Sicredi Centro Sul	RS	100,00%	100,00%	126.849	100.447	23.352	20.522	1.757	1.351
Sicredi Nordeste RS	RS	100,00%	100,00%	171.169	131.893	22.936	18.238	714	454
Sicredi Ibirubá RS	RS	100,00%	100,00%	118.525	101.281	22.928	18.817	2.259	2.309
Sicredi Planalto das Araucárias PR/SC	PR	100,00%	100,00%	180.915	135.705	20.715	16.283	2.607	1.906
Sicredi Empresarial	SC	100,00%	100,00%	106.600	81.126	17.184	13.051	1.233	664
Sicredi Panambi RS	RS	100,00%	100,00%	84.443	76.311	16.433	14.464	1.586	1.254
Sicredi Centro Oeste SP	SP	100,00%	100,00%	82.770	62.760	16.396	12.798	493	1.290
Sicredi Carajás PA	PA	100,00%	100,00%	78.946	58.297	15.885	10.938	2.088	1.276
Sicredi Verde GO	GO	100,00%	100,00%	63.309	42.918	15.601	6.468	252	825
Sicredi Quarta Colônia	RS	100,00%	100,00%	61.410	58.173	15.582	14.226	945	829
Sicredi Sul SC	SC	100,00%	100,00%	123.734	94.647	15.236	14.420	(466)	1.083
Sicredi Santo Augusto RS	RS	100,00%	100,00%	63.941	63.322	14.908	12.045	2.095	423
Sicredi Vale do Ivai PR	PR	100,00%	100,00%	91.726	78.914	14.378	12.220	1.781	773
Sicredi Litoral SC	SC	100,00%	100,00%	104.242	67.574	14.114	8.722	1.205	518
Sicredi Capal PR/SP	PR	100,00%	100,00%	151.509	133.190	14.070	11.126	1.151	1.182
Sicredi Ajuricaba RS	RS	100,00%	100,00%	50.516	48.419	13.164	11.099	1.296	1.017
Sicredi Nordeste PA	PA	100,00%	100,00%	69.056	106.541	12.709	8.678	2.054	1.598
Sicredi União Centro Norte Paulista SP	SP	100,00%	100,00%	69.339	63.916	11.172	8.901	1.212	719
Sicredi Noroeste SP	SP	100,00%	100,00%	71.286	54.558	11.150	9.641	580	760
Sicredi Ajuris	RS	100,00%	100,00%	88.431	72.223	9.876	9.293	868	1.092
Sicredi União Cerrado	TO	100,00%	100,00%	60.342	44.465	9.419	7.181	129	88
Sicredi Centro Paulista SP	SP	100,00%	100,00%	65.386	52.409	9.276	8.401	(579)	392
Sicredi Grande São Paulo SP	SP	100,00%	100,00%	52.805	43.586	7.663	6.282	463	309
Sicredi Holambra SP	SP	100,00%	100,00%	71.244	45.188	7.641	5.930	21	480
Sicredi Jundiá Suldeste	SP	100,00%	100,00%	53.322	48.960	7.489	5.462	414	(994)
Sicredi Fetcoop SP	SP	100,00%	100,00%	30.357	17.127	7.197	5.212	105	385
Sicredi Vale do Soturno	RS	100,00%	100,00%	46.525	45.742	7.105	8.739	(201)	460
Sicredi Alta Noroeste SP	SP	100,00%	100,00%	34.595	33.494	7.054	6.715	(622)	546
Sicredi Integradas Centro Leste Paulista SP/SP	SP	100,00%	100,00%	57.744	46.806	6.937	6.933	(2.227)	(1.309)
Sicredi Credjuris	PR	100,00%	100,00%	66.369	54.478	5.993	5.073	634	594
Sicredi Mil	RS	100,00%	100,00%	23.687	20.447	5.824	4.863	512	407
Sicredi MP	RS	100,00%	100,00%	31.798	30.848	5.138	4.744	224	394
Sicredi Cooperucis	RS	100,00%	100,00%	14.389	11.935	3.616	3.224	124	240
Sicredi Medicred	PR	100,00%	100,00%	25.180	22.530	2.663	2.624	(128)	129
Sicredi Integração	GO	100,00%	-	13.324	-	2.493	-	(85)	-
Sicredi Pol RS	RS	100,00%	100,00%	10.833	9.524	2.239	2.124	145	107
Sicredi São Carlos SP	SP	100,00%	100,00%	11.441	8.319	2.034	1.883	9	671
Sicredi Justiça	RS	100,00%	100,00%	17.590	14.106	1.912	1.794	2	145
Sicredi Sincocred PR	PR	100,00%	100,00%	13.078	11.547	1.819	1.555	47	228

d) Instituições incluídas ou excluídas do Sistema

As incorporações decorrem de decisão dos associados das cooperativas envolvidas e visam ampliar a capacidade operacional das cooperativas.

No período entre junho de 2012 e de 2013, houve as seguintes incorporações entre cooperativas do Sistema:

Incorporadora	Incorporada	Data-base	Patrimônio Líquido	Resultado
Sicredi União Cerrado	Sicredi Servidores TO	04/2012	2.545	(67)
Sicredi Centro-Sul MS	Sicredi Fronteira MS	05/2012	16.495	1.339
Sicredi Jurídica MS	Sicredi Campo Grande MS	12/2012	19.648	904
Sicredi Vale do Piquiri PR	Sicredi ABCD SP	03/2013	2.966	121
Sicredi Cataratas Do Iguazu	Sicredi Cone Leste SP	03/2013	1.890	35
Sicredi Centro Norte MT	Sicredi Ouro Verde MT	04/2013	136.472	5.521
Sicredi Alto Nordeste RS	Sicredi Metropolitana SC	05/2013	5.025	(86)
Sicredi Verde GO	Sicredi Vale GO	05/2013	5.756	376

As demonstrações combinadas de resultado e dos fluxos de caixa compreendem as operações das cooperativas incorporadas apenas para o período em que estavam ativas.

No mesmo período, houve a fundação da cooperativa Sicredi Integração, no estado de Goiás.

e) Eliminações entre instituições do Sistema

	Aglutinado		Eliminações		Combinado	
	2013	2012 (Não auditado)	2013	2012 (Não auditado)	2013	2012 (Não auditado)
Ativo						
Circulante e realizável a longo prazo	62.219.537	52.834.463	(27.061.672)	(23.858.697)	35.157.865	28.975.766
Disponibilidades	240.188	221.267	(680)	(310)	239.508	220.957
Aplicações interfinanceiras de liquidez	13.198.079	10.698.738	(2.587.660)	(2.109.688)	10.610.419	8.589.050
Títulos e valores mobiliários e instrumentos	12.750.156	11.869.105	(8.250.673)	(7.496.563)	4.499.483	4.372.542
Relações interfinanceiras	11.139.431	10.210.786	(10.346.159)	(9.481.311)	793.272	729.475
Relações interdependências	1.003	-	-	-	1.003	-
Operações de crédito	23.836.826	19.112.530	(5.478.169)	(4.518.190)	18.358.657	14.594.340
Outros créditos	977.535	658.209	(398.331)	(252.635)	579.204	405.574
Outros valores e bens	76.319	63.828	-	-	76.319	63.828
Permanente	1.669.277	1.226.060	(1.042.638)	(720.357)	626.639	505.703
Investimentos	1.142.050	810.035	(1.042.638)	(720.357)	99.412	89.678
Imobilizado de uso	385.286	309.152	-	-	385.286	309.152
Intangível	141.941	106.873	-	-	141.941	106.873
Total do ativo	63.888.814	54.060.523	(28.104.310)	(24.579.054)	35.784.504	29.481.469
Passivo						
Circulante e exigível a longo prazo	56.276.010	47.884.067	(25.486.517)	(22.435.731)	30.789.493	25.448.336
Depósitos	25.710.030	21.728.448	(2.588.340)	(2.109.993)	23.121.690	19.618.455
Captações no mercado aberto	8.678.691	7.606.992	(6.236.186)	(5.952.537)	2.442.505	1.654.455
Recursos de aceites e emissão de títulos	5.559	2.114	-	-	5.559	2.114
Relações interfinanceiras	15.475.292	13.923.540	(15.188.870)	(13.691.525)	286.422	232.015
Relações interdependências	49.758	35.463	-	-	49.758	35.463
Obrigações por empréstimos	1.405.203	1.061.385	(946.530)	(308.902)	458.673	752.483
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	3.445.079	2.566.987	-	-	3.445.079	2.566.987
Instrumentos financeiros derivativos	14.231	6.916	-	-	14.231	6.916
Outras obrigações	1.492.167	952.222	(526.591)	(372.774)	965.576	579.448
Participação de acionistas não controladores	178.363	131.276	-	-	178.363	131.276
Patrimônio líquido	7.434.441	6.045.180	(2.617.793)	(2.143.323)	4.816.648	3.901.857
Total do passivo e do patrimônio líquido	63.888.814	54.060.523	(28.104.310)	(24.579.054)	35.784.504	29.481.469
Demonstrações do resultado						
Receitas da intermediação financeira	2.797.534	2.624.099	(519.323)	(540.923)	2.278.211	2.083.176
Despesas da intermediação financeira	(1.398.752)	(1.416.441)	470.414	484.815	(928.338)	(931.626)
Outras receitas (despesas) operacionais	(775.643)	(647.628)	(8.083)	(11.143)	(783.726)	(658.771)
Imposto de renda e contribuição social	(38.053)	(33.924)	-	-	(38.053)	(33.924)
Participações nos lucros	(66.339)	(70.319)	-	-	(66.339)	(70.319)
Participação dos acionistas não controladores	(14.729)	(12.698)	-	-	(14.729)	(12.698)
Lucro líquido do semestre	504.018	443.089	(56.692)	(67.251)	447.026	375.838

f) Moeda Funcional

As demonstrações financeiras combinadas são expressas em reais, que é a moeda funcional de todo o Sistema.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras combinadas foram:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata dia e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e em moeda estrangeira e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do Bacen, os títulos e valores mobiliários são avaliados e

classificados da seguinte forma:

Títulos para negociação - são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos

O Sistema, através do Banco e dos fundos de investimento, utiliza derivativos, como *swaps* e futuros de taxas de juros, *swap* de moedas, futuros de câmbio em moedas estrangeiras, opções de taxas de juros e operações a termo.

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não, registrados como segue:

Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;

Operações de swap e opções - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa pro-rata até a data do balanço;

Operações a termo - pelo valor de cotação do mercado à vista, sendo as parcelas a receber ou a pagar prefixadas para uma data futura, ajustadas ao valor presente, tomando-se por base as taxas de mercado.

As operações são custodiadas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou na Cetip S.A. - Mercados Organizados.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização (“*accrual*”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito e de câmbio

A provisão para perdas com operações de crédito e de câmbio é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo Bacen nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas, não incluídas na combinação, estão ajustados por avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 12, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota 12.

l) Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira foram convertidos para reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Bacen para a data do encerramento do período.

n) Depósitos a prazo, interfinanceiro e poupança

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, lí-

quidos das despesas financeiras a decorrer.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

q) Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão substanciadas na Deliberação CVM nº 489/05 e na Resolução nº 3.535/08 do Bacen, a saber:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente seguran-

ça. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;

As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

s) Plano de pensão - contribuição definida

O Sistema participa de plano de pensão administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego na modalidade “contribuição definida”. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada. As empresas não tem obrigação legal nem construtiva de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Para o plano de contribuição definida, as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2013	2012 (Não auditado)
Disponibilidades	239.508	220.957
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)		
Revendas a liquidar - Posição bancada	1.994.287	1.270.526
Aplicações em depósitos interfinanceiros	212.730	262.281
Aplicações em moedas estrangeiras	16.485	14.648
Total	2.463.010	1.768.412

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2013	2012 (Não auditado)
Aplicações no mercado aberto	10.381.204	8.312.121
Revendas a liquidar - posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	396.602	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.262.560	649.406
Notas do Tesouro Nacional - NTN	335.125	620.064
Debêntures	-	1.056
Revendas a liquidar - posição financiada		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	700.109	470.115
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7.386.673	4.187.526
Notas do Tesouro Nacional - NTN	300.135	2.383.954
Aplicações em depósitos interfinanceiros	212.730	262.281
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	212.730	262.281
Aplicações em moedas estrangeiras	16.485	14.648
Aplicações em moedas estrangeiras	16.485	14.648
Total	10.610.419	8.589.050

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira

	2013	2012 (Não auditado)
Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	676.542	507.759
Letras do Tesouro Nacional - LTN	24	5.814
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.501	4.297
Letras Financeiras - LF	634.647	1.003.187
Debêntures	106.288	39.105
Depósitos Bancários com Garantia Especial - DPGE	192.402	135.128
Títulos de renda variável - ações cias. abertas	10.475	9.039
Fundos de investimento em renda fixa	174	107
Cédula de Produto Rural - CPR	39.441	1.445
Cédula de Depósito Bancário - CDB	22.485	20.754
Outros	31	37
Vinculados a operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	294.699	568.911
Vinculados à prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.269.688	1.964.888
Cédula de Produto Rural - CPR	31.791	1.851
Subtotal (Nota 6.b)	4.280.188	4.262.322
Operações de SWAP	1.046	170
Vendas a termo a receber	218.249	110.050
Total	4.499.483	4.372.542

b) Classificação de títulos e valores mobiliários

	2013		2012	
	Custo atualizado mercado	Valor de mercado	Custo (Não auditado)	Valor de mercado (Não auditado)
Para Negociação				
Sem vencimento	10.526	10.526	9.044	9.044
A vencer em até 12 meses	329.403	329.221	417.494	419.375
A vencer acima de 12 meses	712.141	712.402	924.086	924.832
Subtotal	1.052.070	1.052.149	1.350.624	1.353.251
Disponível para a venda				
Sem vencimento	124	124	103	103
A vencer em até 12 meses	1.251.878	1.252.058	630.640	630.859
A vencer acima de 12 meses	1.974.671	1.975.857	2.275.354	2.278.109
Subtotal	3.226.673	3.228.039	2.906.097	2.909.071
Total	4.278.743	4.280.188	4.256.721	4.262.322

No semestre findo em 30 de junho de 2013 foram reclassificadas da posição do Sistema 10.000 LFTs da categoria "Negociação" para a categoria "Disponível para venda", no valor de R\$ 14.

Em 30 de junho de 2013, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram ganho líquido de R\$ 1.527 (2012 – R\$ 3.334), os quais estão registrados líquidos dos efeitos tributários no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", no valor de R\$ 916 (2012 – R\$ 2.000).

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA. De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação estão apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

c) Instrumentos financeiros derivativos

O Sistema, através do Banco e dos fundos de investimento, participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas

patrimoniais e de compensação conforme regras específicas do Bacen, que se destinam a atender às necessidades próprias com o objetivo de proteção ("hedge") contra riscos de mercado que decorram, principalmente, de descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas. O Sistema não utiliza estruturas de contabilidade de hedge ("Hedge Accounting").

O Sistema adota uma política de minimização da exposição ao risco de mercado e o acompanhamento dos riscos é exercido diretamente pela Administração, por meio de instrumentos devidamente testados e avaliados.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado.

Em 30 de junho de 2013 e 2012, encontram-se ajustados ao seu valor de mercado, e os seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	2013				2012
	Posição líquida dos contratos a vencer				(Não auditado)
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Compensação					
Contratos futuros	438.002	498.004	(128.856)	807.150	309.111
Contratos de swap	11.039	18.010	6.260	35.309	32.177
Contratos a termo	216.978	7.923	-	224.901	109.217
Total - 2013	666.019	523.937	(122.596)	1.067.360	
Total - 2012	(Não auditado)	138.018	285.016	27.471	450.505
Contratos de swap					
Posição ativa	70	434	542	1.046	170
Posição passiva	(1)	(76)	-	(77)	(180)
Contratos a termo					
Posição ativa	210.499	7.750	-	218.249	110.050
Total - 2013	210.568	8.108	542	219.218	
Total - 2012	(Não auditado)	109.998	42	-	110.040

	2013		2012	
	Valor referencia dos contratos	Custo - Valor a receber/recebido (A pagar/pago)	Valor de mercado	(Não auditado) Valor de mercado
Contratos de futuros	807.150	228	-	-
Compromisso de compra	(952.810)	(513)	-	-
DI Futuro	(941.399)	509	-	-
DOL Futuro	11.175	-	-	-
Ibovespa	(236)	(4)	-	-
Compromisso de venda	1.759.960	741	-	-
DI Futuro	1.759.960	543	-	-
DOL Futuro	-	198	-	-
Contratos de swap	35.309	753	969	(10)
Posição ativa	33.097	837	1.046	170
Mercado interfinanceiro	27.031	620	620	11
Moeda estrangeira	6.066	217	426	159
Posição passiva	2.212	(84)	(77)	(180)
Mercado interfinanceiro	1.985	(74)	(75)	(157)
Moeda estrangeira	227	(10)	(2)	(23)
Contratos a termo	224.901	156	218.249	110.050
Posição ativa	224.901	156	218.249	110.050
Venda de ações a termo	224.901	156	218.249	110.050

Os ajustes diários das operações de futuros são registrados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1. O saldo contabilizado em 30 de junho de 2013, junto à conta "Negociação e intermediação de valores" no Ativo é de R\$ 800 (2012 - R\$ 131) e no Passivo é de R\$ 572 (2012 - R\$ 65).

Os ajustes a valor de mercado das operações de swap são registrados em contas de ativo ou de passivo, dependendo do diferencial a receber ou a pagar.

O saldo contabilizado em 30 de junho de 2013, junto à conta "Instrumentos financeiros derivativos" no Ativo é de R\$ 219.295 (2012 - R\$ 110.220), e no Passivo é de R\$ 14.231 (2012 - R\$ 6.916).

O resultado das operações com derivativos no semestre findo em 30 de junho de 2013 foi positivo em R\$ 9.849 (2012 - positivo em R\$ 4.162).

Os títulos públicos dados em garantia para operações em bolsas, em 30 de junho de 2013, totalizam R\$ 24.353 (2012 - R\$ 18.231).

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

	2013		2012	
	Circulante	Longo prazo	(Não auditado) Circulante	(Não auditado) Longo prazo
Operações de crédito	12.433.573	6.784.154	10.339.323	4.962.627
Empréstimos e títulos descontados	6.701.806	1.940.630	5.759.337	1.428.105
Financiamentos	1.039.976	1.699.995	786.464	1.196.108
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.691.577	3.139.841	3.793.473	2.337.655
Financiamentos imobiliários	214	3.688	49	759
Operações de câmbio	70.518	-	100.842	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 15.a)	68.254	-	97.363	-
Rendas sobre adiantamentos sobre contratos de câmbio	2.264	-	3.479	-
Outros créditos	239.498	21.048	46.280	12.089
Títulos e créditos a receber (i)	215.797	21.048	25.680	12.089
Devedores por compra de valores e bens	22.859	-	19.774	-
Avais e fianças honrados	842	-	826	-
Total	12.743.589	6.805.202	10.486.445	4.974.716

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por nível de risco

Conforme o disposto no artigo 3º da Resolução CMN nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, incluindo as operações de câmbio no valor de R\$ 70.518 (2012 - R\$ 100.842)

e outros créditos com característica de crédito no valor de R\$ 260.546 (2012 - R\$ 58.369), distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no artigo 1º da Resolução CMN nº 2.682/99:

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para operações de crédito, de câmbio e de outros créditos	
		2013	2012 (Não auditado)	2013	2012 (Não auditado)
AA	0,00	3.432.581	2.537.222	-	-
A	0,50	4.288.858	3.666.684	21.444	18.333
B	1,00	5.860.711	4.550.935	58.607	45.509
C	3,00	4.152.354	3.233.519	124.571	97.006
D	10,00	956.976	755.992	95.698	75.599
E	30,00	276.876	231.498	83.062	69.449
F	50,00	147.289	114.634	73.645	57.317
G	70,00	63.262	66.305	44.283	46.414
H	100,00	369.884	304.372	369.884	304.372
Total		19.548.791	15.461.161	871.194	713.999

Em 30 de junho de 2013 o Sistema possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 15.632 (2012 – R\$ 25.745).

c) Composição da carteira de créditos por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor privado	2013				Total da carteira	2012 (Não auditado)
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Rural	45.829	1.813.669	2.905.719	3.162.143	7.927.360	6.140.761
Indústria	16.884	318.124	290.298	239.979	865.285	690.844
Comércio	50.567	895.210	857.514	598.369	2.401.660	1.527.526
Intermediação financeira	-	117	30	271	418	32
Outros serviços	30.787	590.859	694.093	687.790	2.003.529	1.972.380
Pessoas físicas	185.847	1.781.901	2.026.429	2.091.914	6.086.091	5.070.441
Habitação	-	65	149	3.688	3.902	808
Total - 2013	329.914	5.399.945	6.774.232	6.784.154	19.288.245	
Total - 2012 (Não auditado)	267.374	4.526.983	5.645.808	4.962.627		15.402.792

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2013	2012
		(Não auditado)
Saldo inicial	817.253	706.914
Constituição (reversão) de provisão	256.205	231.220
Movimentação de baixados para prejuízo	(186.632)	(126.754)
Reclassificação coobrigações (i)	-	(71.636)
Saldo final	886.826	739.744

(i) A partir de 30 de junho de 2012, as coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco, que estavam registradas como "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" passaram a serem registradas na rubrica "Outras obrigações – diversas".

As operações de crédito do Sistema são realizadas de forma pulverizada e conservadora. A maioria dessas operações possui garantias reais.

No semestre findo em 30 de junho de 2013, as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 66.055 (2012 – R\$ 50.919), foram registradas como "Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito".

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2013, foram realizadas renegociações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo no montante de R\$ 206.605 (2012 – R\$ 146.769).

8. Outros créditos – Diversos

	2013	2012
		(Não auditado)
Devedores por convênios	7.370	6.512
Devedores por depósitos em garantia	30.962	20.992
Adiantamentos e antecipações salariais	20.896	18.433
Impostos e contribuições a compensar	1.329	1.406
Compensação interna	1.733	738
Cotas de consórcio	2.600	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	3.131	2.129
Valores honrados	10.936	24.233
Repasses a regularizar	3.567	1
Pendências a regularizar	12.277	25.134
Cartão Múltiplo a receber	3.831	-
Outros devedores cartão múltiplo	4.287	325
Outros	10.680	11.049
Total circulante	113.599	110.952
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	73.895	65.672
Tributos diferidos (Nota 19.b)	16.649	7.580
Total realizável a longo prazo	90.544	73.252

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

9. Outros valores e bens

	2013	2012
		(Não auditado)
Bens não de uso próprio	69.162	59.640
Imóveis	53.061	42.368
Veículos	3.870	4.268
Máquinas e equipamentos	1.736	2.703
Bens em regime especial	10.390	10.278
Outros	105	23
Material em estoque	1.595	1.381
Despesas antecipadas	11.817	9.325
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(6.255)	(6.518)
Total	76.319	63.828

10. Participação em controladas no País

Apresentamos abaixo os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial na Administradora de Cartões Sicredi Ltda. (Administradora de Cartões), Corretora de Seguros Sicredi Ltda. (Corretora de Seguros), Administradora de Bens Sicredi Ltda. (Administradora de Bens) e Administradora de Consórcios Sicredi Ltda. (Administradora de Consórcios):

	Administradora de Cartões		Corretora de Seguros		Administradora de Bens (i)		Administradora de Consórcios (ii)		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Número de quotas possuídas	2.421	2.421	399	399	46.276	46.276	12.826	9.827		
Percentual de participação	99,99	99,99	99,75	99,75	99,98	99,98	99,99	99,99		
Capital social	2.421	2.421	400	400	46.286	46.286	12.827	8.827		
Patrimônio líquido	17.166	12.997	8.993	7.290	46.696	47.315	18.979	13.144		
Lucro líquido (prejuízo) do semestre ajustado	2.578	1.592	1.273	340	(187)	433	2.146	592		
Valor do investimento	17.165	12.996	8.971	7.272	46.686	47.306	18.976	13.143	91.798	80.717
Equivalência patrimonial	2.578	1.591	1.270	339	(187)	1.030	2.145	592	5.806	3.552

(i) A Administradora de Bens distribuiu dividendos no valor de R\$ 726.
(ii) A Administradora de Consórcios teve seu Capital aumentado em R\$ 2.000 no primeiro semestre de 2013.

11. Outros investimentos

Os outros investimentos são participações do Sistema em outras empresas, avaliadas pelo método de custo, conforme ao lado:

	2013	2012
		(Não auditado)
Redesys	1.627	2.978
Confederação Sicredi	5.372	5.372
Outros Investimentos	615	611
Total	7.614	8.961

12. Imobilizado de uso e intangível

	2013			2012	
	Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	(Não auditado) Líquido	Taxas anuais de depreciação / amortização %
Imobilizado de uso	674.195	(288.909)	385.286	309.152	
Terrenos	35.879	-	35.879	13.600	0
Edificações	78.301	(16.685)	61.616	44.128	2 a 4
Móveis e utensílios e instalações	290.323	(141.952)	148.371	132.767	10
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	163.689	(102.717)	60.972	48.517	20
Sistemas de transporte	29.017	(12.030)	16.987	14.370	20
Outras imobilizações	29.766	(15.525)	14.241	14.490	10 a 20
Imobilizações em andamento	47.220	-	47.220	41.280	0
Intangível (i)	233.096	(91.155)	141.941	106.873	5 a 10
Total - 2013	907.291	(380.064)	527.227		
Total - 2012	721.965	(305.940)		416.025	

(i) Refere-se a investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares.

13. Depósitos e captações no mercado aberto

Apresentamos, a seguir, os depósitos e captações por faixa de vencimento:

	2013				2012
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	(Não auditado) Total
Depósitos	10.131.401	1.990.877	10.999.412	23.121.690	19.618.455
Depósitos à vista	3.917.113	-	-	3.917.113	3.396.008
Depósitos de poupança rural	3.298.974	-	-	3.298.974	2.655.815
Depósitos interfinanceiros	2.064.730	1.501.938	-	3.566.668	2.821.351
Depósitos a prazo	850.584	488.939	10.999.412	12.338.935	10.745.281
Captações no mercado aberto	2.150.275	101.019	191.211	2.442.505	1.654.455
Carteira própria	-	101.019	191.211	292.230	565.385
Carteira de terceiros	2.150.275	-	-	2.150.275	1.089.070
Fundos de investimentos	2.109.892	-	-	2.109.892	1.088.166
Instituições financeiras	40.383	-	-	40.383	904
Total - 2013	12.281.676	2.091.896	11.190.623	25.564.195	
Total - 2012	9.614.942	1.932.949	9.725.019		21.272.910

14. Obrigações por empréstimos e repasses

	2013				2012
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	(Não auditado) Total
Empréstimos no País	82.425	283.567	-	365.992	631.227
Empréstimos no Exterior	13.501	79.180	-	92.681	121.256
Repasses no País	103.265	468.075	2.873.739	3.445.079	2.566.987
Total - 2013	199.191	830.822	2.873.739	3.903.752	
Total - 2012	339.562	862.598	2.117.310		3.319.470

Os empréstimos no País são representados por operações de Cédula de Crédito Bancário – CCB e Contratos de Mútuo para repasse de empréstimos em moeda estrangeira, proveniente de recursos captados no exterior e convertidos em moeda nacional, com vencimentos até o ano de 2014.

Os empréstimos no exterior são representados por recursos captados em moeda estrangeira para aplicações em operações comerciais de câmbio, com vencimento máximo em 360 dias.

Os recursos internos para repasses no País representam captações junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais, trimestrais, semestrais e anuais, conforme aplicável, até o ano de 2025. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa, acrescidos da comissão de repasse.

15. Outras obrigações

a) Carteira de câmbio

	2013	2012
		(Não auditado)
Câmbio vendido a liquidar	2.194	6.293
Obrigações por compra de câmbio	73.093	99.358
Adiantamentos de contratos de câmbio (Nota 7.a)	(68.254)	(97.363)
Total	7.033	8.288

b) Diversas

	2013	2012
		(Não auditado)
Circulante		
Cheque administrativo	8.893	9.752
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	187.877	161.918
Credores por convênios INSS	466	755
Juros poupança rural	8.592	7.574
Credores por convênio	7.051	12.626
Obrigações por convênios oficiais	10.362	10.875
Provisão coobrigações (ii)	84.400	71.636
Pendências a regularizar	8.958	14.925
Estabelecimento credenciado - cartão múltiplo	20.035	20.807
Cartão Sicredi	21.080	30.609
Operações com cartão de crédito (iii)	195.731	-
Demais fornecedores	32.623	24.938
Credores diversos	56.108	31.357
Total circulante	642.176	397.772
Provisão para pagamentos a efetuar	3.778	-
Provisão para contingências (Nota 16)	33.695	30.021
Total exigível a longo prazo	37.473	30.021

(i) Refere-se principalmente a obrigações trabalhistas como participação nos resultados, férias, 13º salário e encargos.

(ii) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(iii) A rubrica refere-se a valores a pagar de transações de cartões de crédito.

c) Dívida subordinada

Em 07 de fevereiro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.444/07 o Banco efetuou operação captação junto à IFC. A captação de recursos no exterior no valor de R\$ 99.375 com vencimento em dezembro de 2021, possui remuneração anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente. Em 30 de junho de 2013, o valor atualizado da dívida subordinada junto à IFC é de R\$ 103.691. A despesa, no semestre findo em 30 de junho de 2013, totalizou R\$ 4.316 e está apresentada na rubrica "Operações de empréstimos e repasses".

Este instrumento possui cláusulas restritivas de dívida ("covenants"). Estas incluem, entre outras, cláusulas de manutenção de certos índices financeiros, tais como índice de Basileia, exposição ao risco de crédito, taxa de juros e câmbio apurados trimestralmente. O descumprimento destas cláusulas implica no acréscimo à remuneração anual de 2% a.a. mais Libor para seis meses, adicionada de 550 pontos básicos por ano. No semestre findo em 30 de junho de 2013 o Sistema atendeu a todos os indicadores previstos.

16. Passivos contingentes

O Sistema possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	Valor estimado de perda	2013	2012 (Não auditado)
Trabalhista	Provável	28.283	28.283	25.028
Cível	Provável	5.412	5.412	4.993
Total			33.695	30.021

Em 30 de junho de 2013, o Sistema possuía também processos cuja probabilidade de perda é possível no montante de R\$ 102.627 (2012 – R\$ 58.059).

A movimentação da provisão para contingências é como segue:

	2013	2012 (Não auditado)
Saldo inicial	30.853	21.156
Baixa por pagamento	(5.112)	(4.598)
Constituição (reversão) de provisão	7.954	13.463
Saldo final	33.695	30.021

Em 30 de junho de 2013, o Sistema possuía depósitos judiciais no montante de R\$ 30.962 (2012 – R\$ 20.992), registrados na rubrica de "Outros créditos", os quais estão relacionados a estas contingências.

17. Participação dos acionistas não controladores

Em 30 de junho de 2013, o RFID e a IFC detinham, respectivamente, participação de 21,91% (2012 – 26,18%) e 3,01% (2012 – 0%) das ações do Banco.

As participações do RFID e da IFC dá-se em ações preferenciais classe A (PNA) e ações preferenciais classe B (PNB), respectivamente. Os dividendos a serem pagos a essas ações são calculados à proporção da participação do RFID e IFC e o patrimônio líquido das cooperativas, chamada de QPL (quoeficiente de participação nos lucros). Em 30 de junho de 2013 o QPL do RFID e da IFC é de 3,13% (2012 – 3,30%) e 0,12% (2012 – 0), respectivamente.

	2013		2012	
	RFID	IFC	RFID (Não auditado)	IFC (Não auditado)
Patrimônio líquido do Banco	678.671		475.300	
Participação (%)	21,91%	3,01%	26,18%	0,00%
Participação (R\$)	148.710	20.408	124.457	-
Dividendo adicional	9.352	(107)	6.819	-
Participação acionista não controlador	158.062	20.301	131.276	-
QPL	3,13%	0,12%	3,30%	0,00%

Em 28 de fevereiro de 2013, foi autorizado o aumento do capital social em R\$ 23.918 representado por 20.612.005 ações preferenciais classe A, ao valor unitário de R\$ 1,160397967 para o RFID, aprovado pelo Bacen em 09 de abril de 2013, a capitalização foi via integralização de dividendos.

Em 29 de abril de 2013, foi autorizado o aumento do capital social em R\$ 19.993, representado por 17.874.849 ações preferenciais classe B, ao valor unitário de R\$ 1,118498958 para a IFC, aprovado pelo Bacen em 24 de maio de 2013, a capitalização foi via caixa.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2013	2012 (Não auditado)
Capital social	2.717.479	2.302.273
Quantidade de associados	2.465.368	2.211.978

No semestre findo em 30 de junho de 2013, as cooperativas aumentaram seu capital social no montante de R\$ 283.071 (2012 - R\$ 247.696), sendo 146.675 (2012 - R\$ 199.732) via integralização de sobras e R\$ 136.396 (2012 - R\$ 127.964), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 58.052 (2012 - R\$ 44.987).

b) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e com a Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas terão a seguinte destinação:

- Juros sobre o capital integralizado remunerado anualmente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, limitado ao máximo de até 12% ao ano, a serem propostos pelo Conselho de Administração da cooperativa. Adicionalmente, conforme determinado pela Circular nº 2.739 do Bacen, os juros sobre o capital integralizado foram registrados no resultado do exercício, como Outros dispêndios operacionais, e ajustados ao final da demonstração de sobras para ser reapresentado como destinação das sobras do semestre, no valor de R\$ 175.837 no semestre findo 30 de junho de 2013

(2012 – R\$ 119.732), na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

- 5% para o Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; Além dessas destinações, a Lei nº 5.764/71 prevê:

(i) que os resultados positivos das operações com não-cooperados serão destinados à Reserva (fundo) de assistência técnica, educacional e social - RATES; e

(ii) que a perda apurada no semestre será coberta com recursos provenientes da Reserva Legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os cooperados com as sobras de exercícios futuros, conforme a Lei Complementar 130/2009, cujo o saldo no semestre findo em 30 de junho 2013 é de R\$ 68 (2012 – R\$ 97).

- Até 45% para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- O valor total recuperado, referente às operações de créditos baixadas como prejuízos, será destinado à constituição da Reserva Legal; e
- A Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

19. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

No Banco, as provisões para CSLL foram constituídas pela aplicação da alíquota vigente de 15% e as

provisões para Imposto de Renda (IR) pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 120 no período, sobre o lucro tributável, conforme demonstrado abaixo:

	2013	2012 (Não auditado)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro	499.808	422.460
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(199.923)	(168.984)
Exclusões / (Adições)		
Permanentes		
Resultado de participações em controladas	2.322	1.420
Incentivos fiscais	565	644
Receita com atos cooperativos	158.277	133.072
Prejuízo Fiscal	(101)	(148)
Brindes e Patrocínios	(258)	(209)
Outros líquidos	852	(892)
Subtotal	161.657	133.887
Temporárias		
(Provisão) de PPR	1.849	3.135
(Provisão) para operações de crédito	(2.054)	(45)
(Provisão) de passivos contingentes	(250)	(1)
Ajuste de títulos marcados a mercado	(15)	(481)
Subtotal	(470)	2.608
IRPJ e CSLL correntes	(38.736)	(32.489)
Constituição de créditos tributários	683	(1.435)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(38.053)	(33.924)

b) Tributos diferidos ativos e passivos

i. Composição dos tributos diferidos

Os saldos de créditos tributários diferidos ativos e passivos em 30 de junho de 2013 e 2012, já consideradas as alíquotas fiscais de 25% para o Imposto de Renda e 15% para a Contribuição Social vigentes, apresentam-se como segue:

	2013	2012 (Não auditado)
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	2.606	641
Provisões de PLR e PPR	4.639	3.455
Provisão para perdas em ativos	9.190	2.991
Marcação a mercado TVM's e instrumentos financeiros derivativos	(486)	(886)
Total	15.949	6.201

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor presente dos créditos tributários líquidos, calculados considerando a taxa média de 6,15% (2012 – 10,68%), calculada com base na taxa média dos títulos públicos e das operações de crédito em carteira, monta a R\$ 15.772 (2012 – R\$ 7.612).

Não existem créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2013 e 2012.

ii. Período estimado de realização

Os valores dos ativos, fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização em 30 de junho de 2013 e 2012:

Ano	Valor dos créditos	
	2013	2012 (Não auditado)
2012	-	2.620
2013	7.283	4.615
2014	8.781	345
2015	485	-
2016	100	-
Total	16.649	7.580

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido do Sistema e o resultado de imposto de renda e a contribuição social. Portanto a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros do Sistema.

iii. Movimentação no período

	Diferido ativo		Diferido passivo		Patrimônio líquido	
	2013	2012 (Não auditado)	2013	2012 (Não auditado)	2013	2012 (Não auditado)
Saldo no início do semestre	15.877	9.087	(71)	(40)	71	(77)
Créditos tributários constituídos	5.916	877	(680)	7	(9)	7.230
Créditos tributários realizados	(5.144)	(2.384)	51	(1.346)	549	(5.819)
Saldo no final do semestre	16.649	7.580	(700)	(1.379)	611	1.334

20. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Instituições relacionadas / controladas

As entidades efetuam transações junto a partes relacionadas, incluindo empresas que não fazem parte do processo de combinação desta demonstração financeira. Abaixo apresentamos as operações realizadas com partes relacionadas, sumariadas por grupo contábil:

	2013	2012 (Não auditado)
Ativo	229.053	154.678
Outros créditos - Rendas a receber	15.250	21.896
Outros créditos - Diversos	73.895	65.672
Intangível	139.908	67.110
Passivo	150.428	92.703
Depósitos à vista	28.595	33.199
Depósitos a prazo	9.638	9.039
Carteira de terceiros	97.112	39.058
Diversas	15.083	11.407
Receitas	5.440	4.612
Outras receitas operacionais	5.440	4.612
Despesas	161.265	132.889
Operações de captação no mercado	3.066	1.834
Outras despesas administrativas	229	201
Outras despesas operacionais	157.970	130.854

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi segue a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade.

Em relação à remuneração da Administração do Banco, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, será paga no ato e 50% estará disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

A remuneração total do pessoal chave da administração para o período foi de R\$ 37.220 (2012 – R\$ 34.481) a qual é considerada benefício de curto prazo e benefício pós-emprego.

21. Fundos de investimento administrados pelo Banco

O Banco administra fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos em 30 de junho de 2013 atingiram R\$ 9.477.132 (2012 - R\$ 8.424.087). A receita com a administração dos fundos de investimento, no período, atingiu R\$ 3.521 (2012 – R\$ 2.481) e está apresentada na rubrica "Receita de prestação de serviços".

Os fundos de investimento são auditados em datas diversas por outros auditores independentes.

22. Receitas de prestação de serviços

	2013	2012 (Não auditado)
Renda administração de fundos	3.521	2.481
Receita de cobrança	39.297	32.242
Receita de custódia	730	576
Receita de serviços bancários	121.583	100.471
Receita de taxa administração recursos	782	839
Receita de processamento da compe	23.265	20.843
Receita de anuidades cartões	15.395	13.677
Receita de colocação de seguros	65.197	61.318
Receita de garantias prestadas	345	127
Receita de convênios	50.126	45.061
Receita de outros serviços	49.641	39.121
Total	369.882	316.756

23. Outras despesas administrativas

	2013	2012 (Não auditado)
Serviços do Sistema Financeiro (i)	61.907	58.292
Depreciação e amortização	29.763	27.516
Comunicação	28.982	26.914
Processamento de dados	3.634	3.404
Serviços de terceiros (ii)	70.380	63.441
Despesas de água, energia e gás	11.546	12.377
Despesas de aluguéis	41.682	34.539
Despesas de manutenção e conservação de bens	25.833	21.592
Despesas de material	8.408	11.200
Despesas de promoções e relações públicas	37.887	31.821
Despesas de propaganda e publicidades	7.798	7.292
Despesas de transporte	26.041	21.087
Outras despesas	71.467	60.591
Total	425.328	380.066

(i) Rubrica composta substancialmente por despesas de prestação de serviços de alocação de recursos provenientes das linhas de crédito do BNDES e equalização de custos dos programas PRONAF e PROGER.

(ii) Refere-se a serviços terceirizados pelo Sistema como vigilância, serviços jurídicos e processamento de cartão de crédito.

24. Outras receitas operacionais

	2013	2012 (Não auditado)
Absorção de dispêndios - FATES	20.889	19.139
Recuperação de encargos e despesas	11.333	17.595
Reversão provisões operacionais	34.014	4.687
Doação Sicredi Fundos Garantidores	5.440	4.611
Convênio - compensação	1.410	2.283
Outras receitas	10.292	9.611
Total	83.378	57.926

25. Outras despesas operacionais

	2013	2012 (Não auditado)
Contribuição Confederação Sicredi (i)	117.408	94.814
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	40.562	35.645
Provisão para passivos contingentes	7.954	13.463
Descontos concedidos em renegociações	29.280	21.442
Outras despesas	66.152	51.226
Total	261.356	216.590

Refere-se a contribuições efetuadas pelo Sistema para a Confederação Sicredi pela prestação de serviços, nos segmentos de informática e administrativo, especialmente nas áreas tributária, contábil e de folha de pagamento.

26. Estrutura de gerenciamento de risco

a) Risco de crédito

O risco de crédito pode ser entendido como a possibilidade de o credor incorrer em perdas, em razão das obrigações assumidas pelo tomador não serem liquidadas nas condições pactuadas.

Contudo, dada à característica das atividades das instituições financeiras, todas as operações de crédito estão de alguma forma expostas ao risco, cabendo ao Sistema a realização de uma eficiente gestão com intuito de mitigar estes riscos, adequando as exposições aos níveis aceitáveis pela administração.

Para realização desta gestão devem ser controlados os seguintes fatores:

- Tamanho da exposição;
- Prazo da exposição;
- Probabilidade de inadimplência;
- Concentração em relação a um dado fator ou segmento (região geográfica, canal de distribuição ou origem, clientes individuais ou grupos econômicos, porte financeiro dos clientes individuais ou grupos econômicos, setor econômico, tipo de instrumento, tipo de garantia, moeda, país, etc.); e
- Diversificação do portfólio.

Este controle deve ser realizado através do estabelecimento de uma política clara e eficiente, alinhada com a cultura de crédito do Sistema, da definição de uma adequada estrutura de gerenciamento de risco de crédito,

da mensuração adequada das perdas esperadas e não esperadas e do gerenciamento dos indicadores de exposição ao risco de crédito e de rentabilidade.

i. Cultura de crédito

O Sicredi tem como cultura de crédito a responsabilidade de preservar os recursos que a ele são confiados. A adequada gestão destes recursos deve propiciar as condições para o atendimento das demandas de seus clientes e associados das cooperativas.

A cultura de crédito do Sistema é baseada nos seguintes preceitos básicos:

- Concessão do crédito com base na capacidade de pagamento dos tomadores, não sendo realizadas operações exclusivamente baseadas na garantia ou na possibilidade de cobrança de altos spreads;
- Concessão do crédito benéfica ao tomador, permitindo a esse realizar investimentos e melhorias ou satisfazer necessidades momentâneas;
- Observação irrestrita das normas internas e as emanadas pelas autoridades reguladoras;
- Observação incondicional da Política de Crédito;
- Ações de acompanhamento e controle independentes e eficazes;
- Crescimento sustentável das carteiras; e
- Utilização adequada dos sistemas de informações.

ii. Estrutura de gestão de risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi estão em conformidade com o referido normativo.

No Sicredi o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

A Área centralizada, sob a responsabilidade da Gerência de Crédito e Risco de Crédito do Banco e subordinada à Diretoria Executiva de Crédito da mesma instituição, responde pelo conjunto de políticas, estratégias e

metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das entidades que compõem o Sistema. Essa unidade tem como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as entidades do Sistema.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

iii. Política de crédito

A Política de Crédito e seus Regulamentos são primordiais para nortear e embasar os procedimentos e operacionalidade de todo ciclo do crédito da organização. Este ciclo consiste num conjunto de atividades sequenciais, as quais se iniciam com as associações, passando pela concessão de um limite ou operação de crédito e depois pelo seu monitoramento e recebimento e, finalmente, pela cobrança extrajudicial ou judicial, que encerram e, ao mesmo tempo, reiniciam todo o processo.

Elaboração do Produto: esta etapa consiste em planejar adequadamente fatores como: público-alvo, formas de pagamento, fluxo de aprovação, prazos, taxas, garantias e retorno esperado para evitar o insucesso de um produto.

Iniciação ao Crédito: esta etapa refere-se ao processo de concessão do crédito, em que são definidas as políticas e estratégias, modelos de decisão, fluxo e critérios da análise de crédito, sistemas de captura e aplicação da política, ficha cadastral, política de exceção, entre outros.

Manutenção do Crédito: esta etapa consiste em atualizar e administrar corretamente as necessidades e informações do cliente, bem como acompanhar e gerir os limites. As principais funções são administração dos limites, autorizações de utilizações, oferta de novos produtos, prevenção à cobrança, entre outros.

Cobrança: etapa em que é realizado o processo de recuperação do crédito e recuperação do cliente, quando possível.

Perdas de Crédito: reconhecimento das perdas. No Brasil, a baixa a prejuízo é regulada pela Resolução 2.682/99 e deve ocorrer após uma operação permanecer classificada em *rating* H durante seis meses e inadimplente durante 180 (cento e oitenta) dias.

Gerenciamento de Risco: as informações referentes aos resultados verificados durante todo o ciclo de crédito são utilizadas nesta etapa para gerenciar os riscos e traçar novas estratégias.

Dentre os principais componentes de uma política podemos citar:

- As normas legais;
- A definição estratégica da instituição;
- Os objetivos a serem alcançados;
- A forma de decisão e de delegação de poder;
- Os limites de crédito;
- A análise de crédito;
- A composição e a formalização dos processos; e
- A administração e o controle de crédito.

A constituição destes fatores/padrões tem como objetivo principal equilibrar o resultado da entidade, através de uma excelente qualidade da carteira de crédito, de um eficiente gerenciamento do risco orientando as atividades de crédito e delimitando os níveis de tolerância. Além de atuar tática e estrategicamente com as metas e planos da entidade.

iv. Delimitações do crédito

No Sistema, o processo de concessão e liberação do crédito está delimitado pelos níveis máximos de concentração e pelos critérios de elegibilidade dos clientes, classificados em:

Sinais de alerta: as ocorrências de alerta referem-se a situações que indicam uma probabilidade maior de risco e, portanto devem ser avaliadas de forma mais criteriosa;

Crítérios Restritivos: os critérios restritivos referem-se a situações consideradas de maior risco que restringem o processo de concessão e liberação do crédito;

Crítérios de Impedimento: os critérios impeditivos referem-se a situações de risco elevado e, portanto, não aceitas pelo Banco. A situação de impedimento atribui-se às condições do cliente no momento da concessão e liberação do crédito;

Vedados: referem-se a situações que possam trazer exposições a riscos em níveis inadmissíveis ao perfil da entidade que por princípio, perdem permanentemente a exigibilidade a crédito.

A deliberação de crédito dá-se através de:

Alçada individual: atribuída a um indivíduo em decorrência do cargo que ocupa na instituição.

Comitês de crédito: alçada atribuída a um colegiado composto por indivíduos capazes de tomar decisão aderente a estratégia da instituição e que ocupam determinados cargos diretamente relacionados com o ciclo de crédito.

v. Recuperação de crédito

No Sicredi, todas as ações de recuperação de crédito visam estabelecer um processo de recuperação eficiente, de acordo com as características da entidade e com a melhor relação de custo vs. benefício. A recuperação de crédito no Sistema é realizada pela Gerência de Recuperação de Crédito e por Assessorias de Cobrança.

vi. Operações com o mercado financeiro

A política de risco de crédito estabelece que as aplicações realizadas pelo Sistema no mercado financeiro precedem de análise de crédito das contrapartes e aprovação de limites pelo Comitê de Crédito. Os estudos técnicos realizados pela Gerência de Análise de Crédito baseiam-se em demonstrativos trimestrais auditados, ranking e *rating* das instituições, dados de concentração de devedores e depositantes, qualidade e perfil da carteira de crédito, carteira de tesouraria, coobrigações existentes e, em casos de bancos com capital de origem estrangeiros, informações econômico-financeiras do controlador.

b) Risco de liquidez

A noção de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do Bacen, o Banco possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Sistema Cooperativo Sicredi está centralizado no Banco sob unidade específica responsável pelo monitoramento do risco de liquidez do Sistema. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas:

- Projeções de Liquidez;
- Teste de Estresse;
- Limites de Liquidez;
- Plano de Contingência de Liquidez

Adicionalmente, para as cooperativas singulares, calcula-se um nível mínimo de liquidez como o percentual a ser aplicado sobre os depósitos totais diários, tais recursos devem mantidos na centralização financeira sob

a administração do Banco. O nível mínimo de liquidez é composto pela soma de quatro parcelas que abrangem as principais fontes de risco potenciais, conforme segue:

- Volatilidade dos depósitos
- Concentração de recursos
- Crédito pré-aprovado
- Coobrigações e repasses

c) Risco de mercado

A política de risco de mercado do Sicredi destaca os elementos essenciais que dão sustentação à estrutura de gerenciamento de risco de mercado implementada, traçando as diretrizes seguidas no gerenciamento de risco de mercado do Sistema.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado foi implantada na Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos, e tem como abrangência de atuação todo o Sistema.

As principais diretrizes traçadas para a gestão do risco de mercado no Sistema consistem em:

- Estabelecer práticas alinhadas e comuns a todas as entidades;
- Gerenciar e controlar as exposições assumidas, de forma a garantir a adoção de uma visão sistêmica no controle de riscos;
- Estabelecer princípios de governança e divulgação de informações de risco de mercado para o conjunto de entidades; e
- Garantir a revisão e aperfeiçoamentos permanentes das metodologias e práticas de gestão de risco de mercado;

Essas diretrizes estão em conformidade com os normativos em vigor e as melhores práticas de gerenciamento do risco de mercado, sendo compatíveis com o perfil de risco de mercado do Sicredi. A definição de risco de mercado, os tipos de risco gerenciados e as metodologias adotadas na sua gestão serão apresentados a seguir:

i. Definição, tipos e categorias de riscos avaliados

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. O gerenciamento adotado abrange os seguintes tipos de riscos de mercado:

Risco de Taxas de Juros: risco de perda no valor econômico de uma carteira decorrente dos efeitos de mudanças adversas das taxas de juros. As categorias de risco de taxas de juros gerenciadas incluem exposições a taxas de juros pré-fixadas, a cupons de moedas estrangeiras, a cupons de preços, e a cupons de taxas de juros pré-fixadas;

Risco de Derivativos: risco de perdas devido ao uso de derivativos, para especulação ou para proteção de posições (hedge). As categorias de risco de derivativos avaliados incluem, entre outros, contratos de "swaps", contratos futuros (Juros, Câmbio e Cupom Cambial), operações a termo e estruturadas e Opções;

Risco de "Hedge": risco de perdas devido ao uso inapropriado de instrumentos para proteção (hedge), estando incluídas todas as operações estruturadas com intenção de proteger as carteiras;

Risco de Ações: risco de perdas devido a mudanças no valor de mercado das carteiras de ações. As categorias avaliadas incluem todos os ativos de renda variável, com destaque para ações e direitos de subscrição;

Risco de Taxas de Câmbio: risco de perdas devido a mudanças adversas nas taxas de câmbio. As categorias de operações com moeda estrangeira incluem, entre outras: Dólar dos Estados Unidos da América, Euro, Franco Suíço, Iene e Libra Esterlina; e

Risco de "Commodities": risco de perdas devido a mudanças no valor de mercado de carteiras de "commodities".

As categorias supracitadas ilustram a possibilidade de perdas decorrentes da incerteza quanto aos valores futuros dos ativos negociados e/ou dos valores de variáveis correlacionadas que lhe sirvam como instrumento (lastro). A gestão de riscos de mercado consiste em um processo pelo qual a instituição administra e controla os

riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros utilizados, através de uma gama de metodologias de mensuração, conforme destacado a seguir.

ii. Método de gerenciamento de risco de mercado adotado

A quantificação ou mensuração do risco de mercado no Sistema baseia-se na decomposição das operações nos seus respectivos fatores e, a partir desta, da realização das seguintes análises, entre outras:

Análise de GAPS: descasamento de operações – ativos e passivos – avaliado de acordo com uma estrutura futura de taxa de juros ou cupom;

Valor em Risco – VaR: medida estatística que projeta a perda máxima do valor de um ativo ou de uma carteira em condições normais de mercado;

Análise de Sensibilidade: medida de variação no valor da carteira em função de alterações na estrutura de juros; e

Testes de Estresse: medidas para determinação dos efeitos de condições extremas de mercado sobre o valor da carteira.

As metodologias aplicadas têm como objetivo quantificar os riscos assumidos, de forma a gerenciar as exposições, de acordo com as suas características, mantendo-as compatíveis com o apetite a risco da instituição, conforme as características dos negócios e das carteiras operadas. Um elemento essencial na aplicação dessas metodologias consiste na segregação das carteiras em negociação (*trading*) e não negociação (*banking*). De acordo com a carteira, métodos diferentes poderão ser aplicados, seja de forma gerencial, seja para alocação de capital para riscos.

iii. Processo de gerenciamento de risco de mercado

O Sicredi adota uma série de práticas visando gerenciar o risco de mercado das operações, produtos e negócios realizados, bem como garantir a alocação de capital econômico compatível com os níveis de exposições. Essas práticas variam conforme a natureza e a magnitude das exposições a risco de mercado incorridas,

bem como das características das instituições pertencentes ao Sistema.

Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Identificação, avaliação, monitoramento e controle do risco de mercado para todas as carteiras geridas, nas quais são aplicados os recursos financeiros das instituições do Sistema;
- Identificação, apuração, monitoramento e controle dos requerimentos de capital para risco de mercado da carteira de negociação (*trading*) e das demais exposições expostas a exigibilidades; e
- Realização de testes sistemáticos sobre as exposições assumidas nas carteiras, especialmente as classificadas na categoria de não negociação (*banking*), com vistas a apurar os potenciais impactos de choques adversos sobre o capital.

Esses processos, gerenciais e legais, são conduzidos pela Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco, com base nas premissas apresentadas a seguir.

iv. Periodicidade das análises

Análises diárias: cálculos de risco de mercado para as carteiras, especialmente as de negociação (*trading*);

Análises mensais: cálculos de risco de mercado relativos às carteiras de não negociação (*banking*); e

Demais Análises: análises adicionais realizadas sempre que necessário, seja em função de novas exposições, seja em função de alterações nos cenários de mercado que possam impactar nas exposições incorridas.

v. Monitoramento, comunicação e reporte

Os riscos apurados são avaliados e reportados aos responsáveis pelo risco de mercado das entidades do Sistema, respeitando a periodicidade em que são medidos. A Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco monitora as exposições individuais e sistêmicas, as exceções aos limites estabelecidos e as situações atípicas de mercado que possam resultar em perdas significativas para as carteiras. Essas exposições são reportadas em Comitês Técnicos e Decisórios, bem como informadas aos gestores responsáveis, com vistas à sua adequação.

Após a comunicação de eventuais desenquadramentos, as exposições excessivas devem ser ajustadas no prazo de até 24 horas.

vi. Controle de limites de exposição financeira

São realizadas simulações para as exposições potenciais esperadas para as carteiras, de forma a fundamentar a definição dos limites a serem respeitados pelas entidades do Sistema, adicionais aos limites legais em vigor. A definição de limites tem como objetivo estabelecer o potencial de consumo do capital das operações, garantindo a manutenção de um volume suficiente de recursos para fazer frente aos riscos mensurados. Os limites definidos têm como premissa as características das operações realizadas, especialmente em relação às expectativas de resultado e riscos incorridos.

Os limites estabelecidos têm como base:

- Atribuição de volumes máximos de exposição em um determinado ativo ou fator de risco;
- Atribuição de um valor máximo de perdas para um período, controlados através do VaR (valor em risco); e
- Atribuição de outros limites de exposição máxima, conforme os tipos e categorias de ativos e a natureza de suas exposições.

vii. Classificação de carteiras

Os critérios de classificação das carteiras em negociação (*trading*) ou não-negociação (*banking*) são propostos sistemicamente pela Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco e submetidos à avaliação do Comitê Técnico de Riscos, sendo aplicados a todas as entidades do Sicredi, assim como os métodos de verificação adotados.

A carteira de negociação é composta por posições em instrumentos financeiros e ativos mantidos com a finalidade de negociação ou cobertura (hedge) de outros instrumentos da carteira de negociação. Para serem incorporados a esta carteira, os instrumentos financeiros devem estar livres de qualquer restrição de negociabilidade, podendo ser totalmente cobertos.

Além disso, as posições assim classificadas são valorizadas com maior frequência e precisão e a carteira é gerida de forma ativa.

Os seguintes requisitos devem ser satisfeitos para receberem o referido tratamento:

- Manter estratégias de negociação de posições/instrumentos claramente documentadas e aprovadas pela alta direção (incluindo o horizonte esperado de manutenção das posições); e
- Manter políticas e procedimentos claramente definidos para a gestão ativa da posição, para assegurar-se que:
 - As posições são geridas por uma equipe de negociação;
 - Existam limites estabelecidos para as posições e garantias de que os mesmos sejam supervisionados para comprovar sua adequação;
 - Que o pessoal encarregado pela negociação conte com autonomia para tomar e gerir as posições dentro dos limites aprovados e em conformidade com a estratégia definida;
 - Que as posições sejam avaliadas a preços de mercado pelo menos diariamente e, no caso de seguirem um modelo, que os parâmetros sejam avaliados com periodicidade diária;
 - Que a alta direção seja informada das posições mantidas como parte integral do processo de gestão de riscos da Instituição;
 - Que se desenvolva um seguimento ativo das posições com referência às fontes de informações de mercado (devendo realizar-se uma avaliação ativa da liquidez de mercado e da capacidade de cobrir as posições e perfis de risco da carteira); e
 - Manter política e procedimentos claramente definidos para a condução das posições com respeito à estratégia de negociação do Banco, incluindo a condução do volume das operações e de posições vencidas na carteira de negociação do Banco.

Os sistemas utilizados deverão estar aptos para a classificação de operações com base nos critérios técnicos previamente estabelecidos na especificação dos mesmos. As operações não classificadas como negociação (*trading*) são consideradas, conseqüentemente, como de não-negociação (*banking*).

viii. Backtesting

O *backtesting* é um elemento chave para a validação do modelo interno de risco de mercado adotado pela instituição e já é um requerimento das autoridades reguladoras. Como o *VaR* tenta prever a perda de 1 dia caso as posições permaneçam inalteradas, é essencial calcular os ganhos/perdas incorridos usando a mesma hipótese. A análise de *backtesting* compara a série temporal de valores de *VaR* estimadas com o valor de perda observado. A comparação da frequência de perdas que excedem o *VaR* com o nível de confiança estatístico adotado dá uma indicação da eficiência do modelo de *VaR*, e da necessidade de sua reavaliação. Essa comparação deve abranger períodos longos de avaliação, com uma amostra suficiente de informações.

ix. Divulgação de informações

A divulgação das informações relativas à política de risco de mercado será realizada através dos instrumentos de comunicação disponíveis, entre os quais, destacam-se:

- Portal Cooperativo Sicredi;
- Site Corporativo Sicredi;
- Demonstrativos Semestrais; e
- Relatórios Anuais.

x. Aprovação de novos produtos

A criação de novos produtos, em quaisquer das entidades integrantes do Sistema, é submetida a etapas preliminares de avaliação de riscos, nas quais os principais fatores que impactam a remuneração do negócio são avaliados, mapeados e documentados, garantindo, assim, a implantação prévia de todos os controles necessários ao seu adequado gerenciamento. As análises do

produto são realizadas no Comitê Técnico de Riscos, de acordo com seu regulamento.

d) Risco operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional para o Sistema está implementada de forma centralizada na Superintendência de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional do Banco, subordinada diretamente à Presidência Executiva.

Essa estrutura é responsável pela administração da política de riscos operacionais e pela coordenação e execução, no que lhe compete, dos processos relativos à disciplina para todo o sistema de forma padronizada e centralizada, em conformidade com a Resolução nº 3380/06 e demais normativos relacionados.

O processo de gerenciamento de risco operacional foi desenhado para capacitar a identificação, avaliação, mitigação e monitoramento dos riscos associados a cada instituição individualmente, ao conglomerado, bem como a identificação e acompanhamento dos riscos associados às demais empresas não financeiras.

Trata-se de um ciclo integrado compreendido por um conjunto de etapas que visa manter a exposição a risco operacional em níveis toleráveis, avaliados constantemente pela alta administração. O ciclo de gerenciamento de risco operacional contempla as fases de:

- Identificação de risco operacional. Nessa fase, são analisados os processos de negócio e apoio, e diagnosticadas as principais exposições a falhas ou incorreções no que concerne a risco operacional. Também são coletados elementos de diagnóstico em outras fontes de informação, como relatórios de inconformidades, reportes de incidentes ou de auditorias internas e externas.
- Identificação de controles. Essa etapa compreende a análise e busca de controles considerados melhores práticas de mercado; também são analisados os requerimentos regulamentares internos e externos no que compete aos processos em análise. O principal objetivo dessa fase é o levantamento de controles

mitigatórios, implementados ou não na Organização.

- Avaliação de controles. Feita a identificação dos riscos relacionados aos processos em análise, e respectivos controles mitigatórios, sejam aqueles considerados melhores práticas ou exigidos por normativos internos e externos, são obtidos, in loco, o entendimento dos controles em prática pela Entidade. Nessa fase, são efetuados testes de desenho para confirmar o entendimento e também para obter conforto sobre a efetividade do controle.
- Mitigação do risco operacional. De posse do resultado da avaliação dos controles, são elaborados, nessa etapa, em conjunto com as áreas envolvidas no processo, planos de ações para aqueles controles avaliados como não efetivos.
- Monitoramento do risco operacional. A execução dos planos de ação para tratamento de riscos é acompanhada periodicamente pelas áreas de controles internos ao qual a matriz de riscos está submetida, conforme a definição de papéis e responsabilidades instituída pela política de risco operacional.

Todo o ciclo de gerenciamento do risco operacional é suportado por ferramenta sistêmica que integra as informações e possibilita o monitoramento centralizado do risco em todas as entidades do Sistema, financeiras e não financeiras.

27. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Em conformidade com as disposições da Resolução nº 3.988, de 30 de junho de 2011 do Bacen, e atendendo também as diretrizes definidas pelo Comitê de Basileia, a política de gerenciamento de capital do Sistema Sicredi tem por objetivo definir as estratégias, os processos e os sistemas necessários para efetiva implementação da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Sistema Sicredi.

Para este efeito, entende-se como Gerenciamento de Capital o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;

- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Dessa forma, e em consonância com a Resolução 3.988/11, a Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos do Banco é a unidade responsável pelo gerenciamento de capital das entidades do sistema Sicredi e a política de gerenciamento de capital definida abrange todas as entidades do Sistema.

A estrutura de gerenciamento de capital, conforme definida acima, está baseada em uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado. Para isto, a estrutura de gerenciamento de capital prevê:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive aqueles não cobertos pelo PRE;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital.
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para diretoria e para o conselho de administração.

A descrição da política completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do sítio www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Conheça a estrutura do Sicredi \ Banco Cooperativo Sicredi \ Gerenciamento de Capital".

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07, compatível com os riscos de suas atividades.

Apesar da Demonstração Financeira Combinada, o Bacen exige a observação dos níveis de adequação patrimonial de cada uma das instituições do Combinado.

29. Bancos correspondentes

Conforme permitido pela Resolução CMN nº 3.263/05, o Sistema realizou acordos para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - SFN. Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação.

30. Compromissos, garantias e outras responsabilidades

a) Compromissos, garantias e outras responsabilidades

	2013	2012 (Não auditado)
Créditos abertos a exportação Câmbio a contratar	355	156
Coobrigação por garantias prestadas	59.121	38.607
Beneficiários de garantias prestadas	11.449	12.841
Coobrigações em cessões de crédito		
Depositários de valores em custódia/garantia	4.643.961	3.831.731
Titulos em cobrança	3.441.658	1.541.358

b) Outras garantias

	2013	2012 (Não auditado)
Margem garantia BM&F Bovespa	24.353	18.231
Tecnologia Bancária S/A - TECBAN	1.394	1.299

31. Cobertura de seguros

O Sistema mantém política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer em face de eventuais perdas com sinistros.

32. Eventos subsequentes

Em 1º de julho e 1º de agosto de 2013 ocorreram as incorporações da Cooperativa Sicredi Vale do Soturno pela Cooperativa Sicredi Região Centro RS e da Cooperativa Sicredi Integradas Centro Leste Paulista SP pela Cooperativa Sicredi União PR/SP, respectivamente, pelo valor de acervo líquido de R\$ 7.105 e R\$ 6.479.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas

Aos Administradores e Associados do Sistema Cooperativo Sicredi

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sistema Sicredi") (formado pelas empresas relacionadas na nota explicativa nº 2), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Sistema Sicredi é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, associadas às diretrizes estabelecidas na Resolução 4.151 do Conselho Monetário Nacional – CMN de 30 de outubro de 2012 e Circular 3.669 do Bacen de 2 de outubro de 2013 (combinação contábil de sistemas cooperativos), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras combinadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito

dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras combinadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Sistema Sicredi para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Sistema Sicredi. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Sistema Cooperativo Sicredi em 30 de junho de 2013, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, associadas às diretrizes estabelecidas na Resolução 4.151 do CMN de 30 de outubro de 2012 e Circular 3.669 do Bacen de 2 de outubro de 2013, conforme descrito em nota explicativa nº 2.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012

Não auditamos, nem foram auditadas por outros auditores independentes, o balanço patrimonial combinado em 30 de junho de 2012 e as demonstrações

combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, cujos valores são apresentados para fins comparativos e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Apresentação das demonstrações financeiras combinadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2(a), as demonstrações financeiras combinadas do Sistema Cooperativo Sicredi estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações

relativas às atividades do Sistema Cooperativo Sicredi, considerando-se as diretrizes estabelecidas na Resolução 4.151 do CMN de 30 de outubro de 2012 e na Circular 3.669 do Bacen de 2 de outubro de 2013, independentemente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Cooperativo Sicredi S.A. e suas controladas, bem como as demonstrações financeiras individuais das Cooperativas Centrais de Crédito, integrantes do Sistema Sicredi e constantes na combinação, foram divulgadas à parte.

Porto Alegre, 7 de outubro de 2013.



ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6/F-RS

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC 1SP-192.685/O-9

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC 1SP-214.144/O-1

Créditos

Responsável

Diretoria Executiva de Administração e Finanças

Coordenação

Superintendência de Marketing e Canais – Comunicação Institucional

Redação, edição, projeto gráfico e diagramação

Alma da Palavra

Informações corporativas

Contato: comunicacao_institucional@sicredi.com.br

www.sicredi.com.br

GENTE
QUE
COOPERA
CRESCER

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
COMBINADAS**
30 de junho de 2013

GENTE
QUE
COOPERA
CRESCER



GRUPPO
COOPER
RIFORME
ESPER
SCER
CER
CIA

GENTE
QUE
COOPERA
CRESCE.

